



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 3200/15 - REGULA DEFENSIVOS FITOSSANITÁRIOS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0367/16	DATA: 05/05/2016	
LOCAL: Plenário 10 das Comissões	INÍCIO: 10h12min	TÉRMINO: 13h16min	PÁGINAS: 53

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALYSSON PAULINELLI - Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Milho — ABRAMILHO.
DANIELA FROZI - Representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA.

SUMÁRIO

Debate sobre a caracterização da agricultura brasileira e sua tropicalidade. Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções ininteligíveis.
Houve intervenção inaudível.
Há palavra ou expressão ininteligível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Bom dia a todos os presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3.200, de 2015, do Sr. Covatti Filho, que trata de defensivos fitossanitários e de produtos de controle ambiental.

Gostaria de convidar para compor a Mesa o Relator, o Deputado Luiz Nishimori.

Em apreciação a ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de abril de 2016, cujas cópias estão à disposição dos senhores membros.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA - Sra. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Rogério Peninha Mendonça.

Indago se algum membro deseja retificar a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira retificá-la, coloco-a em votação.

Em votação a ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento das seguintes disposições na Secretaria da Comissão:

Ofício nº 97, de 2016, da Liderança do PP, que indica o Deputado Dilceu Sperafico, do PP, para suplente desta Comissão.

Ofício nº 164, de 2016, da Liderança do PSD, que indica o Deputado Onyx Lorenzoni, do DEM do Rio Grande do Sul, para suplente desta Comissão.

Ofício nº 51, de 2016, do Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, que encaminha manifestação acerca do Projeto de Lei nº 3.200, de 2015.



Ofício nº 312, de 2016, da Liderança do PMDB, que indica o Deputado Silas Brasileiro para suplente da Comissão.

A Ordem do Dia está dividida em duas partes: a primeira, audiência pública; a segunda, deliberação de requerimentos.

Audiência pública.

Esta audiência pública é resultado do Requerimento nº 4, de 2016, do Relator, o Deputado Luiz Nishimori.

Convido para tomar assento à mesa os senhores expositores: a Sra. Daniela Frozi, Conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA; e o Dr. Alysson Paulinelli, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Milho — ABRAMILHO.

Esclareço aos Srs. Parlamentares e aos expositores que a reunião está sendo transmitida ao vivo pela Internet, sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito que todos falem ao microfone.

Para o bom ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios. Os expositores terão 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelar o palestrante deverão se inscrever previamente na mesa de apoio da secretaria.

Concedo a palavra ao Dr. Alysson Paulinelli, Presidente Executivo da ABRAMILHO, por 20 minutos.

Dr. Paulinelli, se o senhor precisar de mais algum tempo, ele estará à sua disposição.

O SR. ALYSSON PAULINELLI - Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sr. Relator, senhora debatedora, Srs. Deputados, caros companheiros e amigos presentes, eu quero agradecer a oportunidade de vir a esta Casa debater e relatar a evolução da agricultura brasileira no clima tropical, suas dificuldades, suas perspectivas e principalmente suas oportunidades, bem como atender aos quesitos do projeto de lei que aqui está em discussão e tecer comentário sobre defesa agropecuária.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer que a agricultura se desenvolveu no mundo especialmente nas regiões temperadas. A Bíblia Sagrada não fala especificamente onde é o éden, mas eu posso garantir que o éden estava numa



região temperada, porque, senão, o pomo de discórdia não seria a maçã, que é tipicamente uma planta de clima temperado.

De Adão e Eva em diante, a agricultura passou naturalmente pela fase extrativa. Com o desenvolvimento da sociedade, especialmente com o crescimento da população, começou a se exigir a chamada produção, para atender a demanda, e a agricultura acabou se tornando uma atividade comercial.

Creio que, nesses 4.000 anos, pelas posições estratégicas, pelo desenvolvimento econômico e social, especialmente pelo desenvolvimento científico, nós podemos verificar que a produção de alimentos no mundo se centralizou nas regiões temperadas, na planície central da Ásia, na planície central da Europa e, mais recentemente, na planície central das Américas, principalmente na América do Norte, onde se localizam os Estados Unidos e o Canadá.

Enquanto houve espaço para o crescimento das áreas de produção, as coisas corriam normalmente. Alguns incidentes ou acidentes, como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, tornaram bem clara essa afirmação que faço. A Europa foi palco dessas duas guerras. Teve suas cidades e seus campos destruídos. Com isso, ela teve de forçar a busca de novas áreas de produção. Não foi difícil para o europeu da época, com o advento da descoberta da planície central americana, sair da Europa, levando consigo o conhecimento, as sementes, as máquinas e seu sistema produtivo. Isso se adaptou de forma clara, sem nenhum problema.

As regiões tropicais constituíram-se em problemas. A não ser por poucos produtos tropicais que o mundo adotou em seu sistema de mercado — eu vou citar quatro: o café, o cacau, a borracha e as madeiras tropicais —, o Brasil, como os outros países tropicais, não tiveram vez.

Eles não eram capazes de serem produtores permanentes por falta de conhecimento e por falta de evolução do seu sistema produtivo. Só foram competentes na produção de produtos tropicais impossíveis de serem cultivados nas áreas temperadas do globo.

Aqui surge, indiscutivelmente, a primeira definição para quem quer legislar sobre procedimentos agrícolas ou pecuários ou florestais. As condições de clima entre o sistema temperado e o tropical são bem diferentes. O sistema temperado se caracteriza por definições claras de suas estações durante o ano. Quando é inverno,



é inverno mesmo: vem o frio e, com ele, a neve, que cobre o solo. Ali há um fenômeno que é inexorável: a paralisação dos fenômenos biológicos em toda a região temperada do globo. Há uma dormência do solo. É um descanso, uma longa noite, que varia, dependendo da região, de 8, 4 a 3 meses. Mas há! E além de essa dormência fazer o efeito sanitário dessas áreas — morrem as pragas, morrem as doenças —, o produtor tem que aprender a produzir num espaço menor. De 4 a 6 meses, 8 meses no máximo, ele tem que tirar todo o alimento de que necessita, precisando para isso buscar mais intensamente a tecnologia, a produtividade e, principalmente, a organização do sistema produtivo, de forma a armazenar, a transportar, a classificar e também a comercializar esses produtos.

Isso foi feito de maneira clara. Mas, especialmente após a crise de 1929, quando os países industrializados entraram numa chamada bolha econômica, que caiu como a história do rei nu, foi que se alertou o Governo, as lideranças foram alertadas, principalmente os países, de que nenhum país pode viver exclusivamente de um segmento produtivo. Ali caía a tese do fundamentalismo industrial. Rico, economicamente forte e desenvolvido era o país industrializado, que tinha a capacidade de produzir em série, comercializar e armazenar recursos.

Após a crise de 1929, os países verificaram que eles precisavam se estruturar melhor. E foi assim, em um esforço sem precedentes, através das principais universidades e centros de pesquisa, que houve uma busca, uma verdadeira corrida pelas tecnologias de produção. Conseguiram melhorar a força e a agilidade do homem através da mecanização — o motor, a máquina de plantar, a de cultivar, a de colher, a de processar, e assim sucessivamente.

Da mesma forma, houve um tremendo esforço para reduzir riscos, como, por exemplo, a intempéries, doenças e pragas. E o mundo passou, depois da década de 30, por uma corrida, na busca de produtos químicos que pudessem aliviar os riscos que sofria a sua produção a doenças e pragas. Surgiram aí os chamados agrotóxicos.

Da mesma forma, o homem verificou, especialmente na região tropical, que ele só tinha uma janela de 12 dias para plantar. Com isso, ele sabia que aquela planta, que ele usava para passar daquela janela até o sistema produtivo, teria que usar intensamente os recursos que o solo pudesse oferecer.



É evidente que eles já levavam uma vantagem comparativa pelo próprio clima, porque um solo que dormiu, descansou durante 6 meses, quando vem a primavera, há uma natural explosão biológica, que facilita a produção e a produtividade. Foi assim que eles começaram a ganhar competitividade.

Depois, começaram a verificar que, para essa planta ter o máximo de produtividade possível, ela teria de ser plantada na hora certa, possuir um manejo adequado e contar com alimentos e defensivos à sua disposição para concluir o seu ciclo. Surgiram aí os chamados produtos químicos em adubação: os fertilizantes.

O homem se organizou mais. E eu digo isso, porque penso que o Brasil não tem aprendido bem a lição. Ele viu que produzir é fácil, mas comercializar é muito difícil e complicado. Ele precisa ter uma infraestrutura de serviços que lhe preste as condições de levar o seu produto com a melhor qualidade aos consumidores, seus clientes.

Foi uma verdadeira corrida na busca do armazenamento, do processamento, da industrialização e, principalmente, da organização de companhias competentes no mercado internacional, as chamadas multinacionais ou transnacionais.

Alguns países evidentemente mais sabidos criaram legislações adequadas no sentido de que elas se beneficiassem de ajudas, de subsídios, mas ganhassem a concorrência. E foi assim que esses países industrializados e ricos conseguiram, em tempo relativamente curto, manter, mesmo com a escassez de áreas, as suas competências e capacidades competitivas no mercado internacional, indiscutivelmente, sendo os privilegiados.

Os países tropicais não. Eles começaram a esbarrar no próprio clima. Aqui não há a iarovização; não há o gelo; não há a paralisação de fenômenos biológicos, a não ser em algumas áreas. Eu cito o Cerrado, onde, pela seca e pela baixa umidade relativa, alguns fenômenos se repetem, mas não totalmente quanto a iarovização ou o gelo. Aqui não morrem as doenças e não morrem as pragas. Elas se transpõem de uma safra a outra sem nenhuma dificuldade, inclusive na adaptação de plantas hospedeiras que vegetam de forma permanente durante os 12 meses do ano. Essa é uma diferença, Srs. Deputados, que eu acho fundamental quando se legisla no Brasil.



Outra coisa que quero deixar bem clara é que o Brasil legisla sem conhecer os seus biomas — já incorremos em erros e agora estamos tentando corrigi-los. A experiência que tivemos nesses últimos anos não foi boa. E o mais impressionante é que o Brasil reconhecidamente, eu quero falar sobre isso, foi o País tropical que mais evoluiu em ciência, em tecnologia, em produção, em sistemas produtivos.

É impressionante a facilidade com que se legisla num país tropical sem levar em conta os seus biomas. Chegamos a fazer um chamado código florestal que acabou igualando as regras do trópico úmido da Amazônia com o Semiárido do Nordeste. Tenho participado de vários congressos e conferências e confesso aos meus amigos Deputados que, na maioria das vezes, sou perguntado: *“Mas como vocês do Brasil, que têm uma EMBRAPA, foram capazes de cometer tantas asneiras a ponto de igualar tropicalidade úmida e árida e dar as mesmas regras?”* Não há resposta.

Particularmente, eu tenho uma decepção, que levarei aos senhores. A pedido da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, eu participei de todas as audiências para se discutir o Código Florestal, exceto a do Norte, porque eu estava com problema de saúde. É evidente que, por conhecer a EMBRAPA como conheço, pedi a sua participação e a sua ajuda.

Quero dar o meu testemunho em relação à excelência dessas audiências, que contaram com a participação lógica e racional das universidades e dos institutos, dos nossos cientistas, professores e doutores, além da presença da EMBRAPA, que acompanhou, de forma clara, as evoluções dessas discussões.

Foi assim até que, na fase final, levou-se para o Rio de Janeiro a discussão. Eu prefiro não descer a detalhes, mas achei — não pela minha linha de conduta, mas pelos meus quase 60 anos de profissão à época — que deveria agradecer à SBPC e devolver a ela essa missão. A razão foi simples: na hora da discussão, que se transformou num jogo de braço político, não sei como, mas retiraram a EMBRAPA da discussão. Quando vi isso, eu preferi não participar mais. Por isso fico preocupado.

Quero agradecer a V.Exas., Srs. Deputados, a objetividade ao fazerem este trabalho prévio, esta audiência prévia. Eu espero que V.Exas. ouçam os profissionais. Hoje a própria Presidente me deu uma lição dizendo que nós temos a



responsabilidade de conhecer mais, porque somos velhos. Disse que o diabo só é sábio porque é velho. Eu, já como parceiro do diabo, tenho alguma experiência a trazer. Assim, eu pediria aos Deputados o maior cuidado ao legislar sobre esta área de defesa sanitária animal e vegetal no Brasil.

Em segundo lugar, quero dar o meu testemunho em relação à evolução nas regiões tropicais. Nas décadas de 60 e 70, especialmente após aquela explosiva administração de JK, o Brasil havia mudado. Quando Getúlio lançou o primeiro plano de industrialização do Brasil, em 1930, o País tinha 20% de sua população urbana e 80% rural. Quando Juscelino terminou a sua administração, após pouco mais de 20 anos, o Brasil era outro: metade de sua população era urbana, e a outra metade era rural. O pior é que essa população rural — naquela época, eram em torno de 45 milhões de pessoas — não era capaz de alimentar a população urbana, que cresceu de forma explosiva.

Na verdade, Sra. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil não tinha conhecimento científico e tecnológico para atender àquela demanda. Houve um esforço racional na década de 60, para o qual chamo a atenção dos Srs. Deputados. Deve ser bem estudada essa evolução, especialmente através de políticas econômicas, para se tentar colocar o Brasil como grande produtor. Nós ocupamos muito rapidamente as boas terras roxas estruturadas que tínhamos, especialmente as de São Paulo, do Paraná, do oeste de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Em seguida, através dos incentivos que iam sendo dados, especialmente nas áreas de crédito e de infraestrutura, o Brasil começou a ampliar as suas áreas. Veio para as terras médias do sul de Minas, do Triângulo, de Goiás, e as ocupou. Mesmo assim, o Brasil, com 45 milhões de habitantes nos centros urbanos, importava cerca de um terço dos produtos que consumia.

Nós importávamos mais de 90% do trigo para o pão que consumíamos. Importávamos mais de 30% da carne que consumíamos. Argentina e Uruguai não eram mais suficientes para abastecer o Brasil. Fomos os primeiros “clientes” — entre aspas — da Austrália, que havia feito um racional e estupendo esforço de modificação no seu sistema produtivo de proteínas animais, o que assustou o mundo. Talvez o Brasil tenha sido o primeiro grande comprador de seus produtos.



Além disso, nós importávamos arroz das Filipinas, em que pese ao fato de há anos termos arroz sobrando para exportar. Importávamos feijão do México, que não tem área de feijão, e até do Chile, cuja área de produção agrícola é muito pequena. O negócio do feijão ficou tão bom que, apesar de os norte-americanos não comerem feijão, os Estados Unidos aprenderam a plantar feijão para vender para o Brasil, porque era um bom negócio.

Nós importávamos quase tudo. A nossa alimentação, além de ser cara, era exígua. Havia um ditado naquela época que dizia que só se comia galinha quando um dos dois, a galinha ou o dono, estava doente. A nossa suinocultura era atrasada, sempre açoitada pela peste suína e, depois, até pela africana, num episódio triste.

Ao legislar, nós temos que levar em conta essas particularidades. O que foi feito? Não dava para o Brasil continuar com essa demanda. Vou explicar rapidamente. Em primeiro lugar, a industrialização brasileira também foi feita sem conhecimento. O Brasil teve que importar conhecimento. Nós importávamos a indústria pelos projetos, pelas máquinas e pelo pessoal que conduzia isso. V.Exas. imaginem o custo disso!

O café foi um exemplo brilhante que o Brasil deu ao mundo, pois conseguiu colocá-lo no mundo inteiro. E o café passou a ser um ouro negro muito valioso. Com isso, nós pagávamos o subsídio de uma indústria incompetente.

Em segundo lugar, veio o problema da alimentação. Por não conseguir produzir o suficiente, nós tínhamos que importar. O quadro era quase dantesco, porque, especialmente nas décadas de 60, 70 e 80, o mundo passava por uma escassez. Com isso, o Brasil tinha a maior dificuldade na importação de produtos.

Além disso, nós éramos importadores ocasionais, pois não tínhamos abastecimento fixo. A toda hora comprávamos produtos no preço *spot*. O pior disso não era só a compra do produto. V.Exas. sabem que, no mercado internacional, um dos itens que pesam muito são os fretes. Nós comprávamos produtos aleatoriamente e depois tínhamos que contratar fretes exclusivos para aquilo, o que fazia com que os produtos chegassem aqui com um preço altíssimo. O pior é que esses produtos chegavam ao País e caíam num sistema de escassez com alta especulação.



Eu vou resumir para V.Exas. o resultado disso. Nesse período, da década de 60 até quase a de 80, a família média brasileira gastava de 42% a 48% — para ser preciso — de sua renda total só em alimentação. Infelizmente, pelas causas que aqui expliquei, nós consumíamos o alimento mais caro do mundo. Este era o drama.

Em seguida, veio a crise do petróleo, em 1973. Do petróleo que consumíamos, 80% era importado a 3 dólares. Em menos de 15 dias, o petróleo vai a 11 dólares e continua a subir, chegando a 30 dólares.

É evidente que a conta café não conseguia pagar a ineficiência da indústria, a importação de alimentos e o petróleo. O Brasil sabia que, com as tecnologias existentes, nós não tínhamos petróleo em curto prazo. Já havia sido feito um grande esforço e já havia sido consumido muito recurso.

Qual seria a solução? Abandonar a indústria ou desenvolver rapidamente um novo processo industrial? Isso não se faz nem em 1 década. A única solução que sobrava, Sra. Presidente, era desenvolver o setor agrícola pelo conhecimento de agricultura tropical. Daí por que um grupo de visionários imaginou: *“Ou nossos jovens profissionais, professores e cientistas são capazes de promover essa evolução ou estamos quebrados”*. A resposta foi muito rápida. Criou-se e estruturou-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA; criaram-se 17 instituições estaduais de pesquisa; desenvolveram-se as existentes; e as nossas universidades foram chamadas, num processo integrado e cooperativo, a ajudar o Brasil a sair dessa arapuca em que havia se enfiado. A resposta foi imediata: em menos de 10 anos, o Brasil já não era importador líquido — importava alguma coisa, mas já exportava o suficiente para compensar a balança comercial.

Com isso, Deputada, começaram a discutir no mundo o que havia com esses tupiniquins, que aprenderam e desenvolveram uma nova produção. Nós importávamos carne, e hoje somos o maior exportador de carne do mundo; importávamos milho, e hoje somos um dos grandes exportadores de milho. Nós não tínhamos soja. Quando entrei no Governo, Srs. Deputados, nós produzíamos 220 mil toneladas de soja próximo a seu Alegrete, meu querido Deputado, no paralelo 30, onde havia 16 horas de sol por dia no verão. A soja que estava aqui exigia isso. Em menos de 8 anos, a EMBRAPA, as universidades, os nossos institutos, os nossos cientistas desenvolveram uma soja produzindo no Equador.



A mudança foi de conhecimento. E agora, Deputada, nós não podemos abandonar essa linha de conhecimento e começar uma legislação que venha a atrapalhar esse processo produtivo. Entendemos que precisamos evoluir muito. Vou aqui chamar a atenção para esse processo de evolução. Sou produtor também e tenho tido a oportunidade de sentir na minha atividade o que é o resultado de uma evolução científica.

Este clima tropical nos dá a possibilidade de produzir tudo o que pensamos. Este Cerrado brasileiro está demonstrando que aquela caixa de segredo na qual nos apegamos para investir nele não falhou. Nós abrimos a primeira caixa e realmente encontramos riquezas, pedras preciosas. Mas agora estamos vendo que, em algumas regiões, já estão abrindo a segunda caixa e encontrando pedras preciosíssimas, verdadeiros diamantes que estão surpreendendo o mundo.

Se nós dissermos que o Cerrado, acima de mil metros, produz legumes, frutas e tubérculos de forma intensiva, e que o Cerrado está abastecendo o Brasil e exportando em grande quantidade, poucos acreditarão.

Eu enfatizo esses exemplos para que os Srs. Deputados possam questionar quem ainda não tem visão de futuro e vem aqui trazer soluções erráticas e localizadas para exterminar atividades que estão em evolução.

Também sou contra o uso indiscriminado de produtos que nós não conhecemos. Também sou contra a destruição dos recursos naturais. Eu tive a responsabilidade — fiz questão absoluta — de colocar na vanguarda da exploração do Cerrado as formas de manejo que não deteriorassem os recursos naturais desse bioma, como solo, água, plantas, animais e clima. Hoje, nós estamos vendo os resultados disso.

Creio que a chamada agricultura tropical está em plena evolução. O plantio direto existe há milênios, mas ele teve aqui seu berço natural. A integração entre a lavoura, a pecuária e as florestas está dando ao mundo uma demonstração de como as áreas degradadas podem ser recuperadas competitivamente e sem custos excessivos. A evolução da agricultura tropical hoje se faz não só na pesquisa de cada praga e doença. Ela se faz também no manejo integrado de pragas e na defesa fitossanitária, que estão evoluindo especialmente na EMBRAPA e em nossas



universidades. Esses processos integrados estão claramente viabilizando a redução do uso de produtos químicos.

Este é o quarto ano de uma seca inclemente, que tem prejudicado a região onde fica a minha propriedade, perto de Belo Horizonte. Há veranicos constantes, e o maior deles durou 32 dias. Mas estou impressionado e feliz, Sra. Deputada, porque vi a soja e o milho crescerem e se desenvolverem especialmente no plantio direto sobre palha, onde um verdadeiro *mush* protegeu o solo e reduziu o efeito da seca. Além disso, aqueles que me dão assistência lá, especialmente o meu gerente, que é um técnico, não conseguiram achar uma folha de milho ou de soja furada por insetos ou danificada por pragas e doenças. Fizemos na soja uma aplicação preventiva, sim, mas o resultado do milho foi devido exclusivamente ao desenvolvimento biotecnológico.

Nós temos que levar em conta que o mundo está evoluindo e que o Brasil é líder nessa evolução. Não se podem criar maluquices legislativas, como foi feito ainda há pouco com o Código Florestal, simplesmente para se achar um *modus vivendi*. Isso é falta de governo, isso é falta de responsabilidade, isso é falta de competência. Sinceramente, eu gostaria que, ao se estudar esse novo projeto de lei, as evoluções que estão ocorrendo no Brasil fossem levadas em conta.

Tenho acompanhado particularmente a evolução de algumas tecnologias desenvolvidas pela EMBRAPA. Eu estou orientando gratuitamente diversas empresas privadas em relação ao uso de rochas, de sílica, de siltitos, de tilitos e de glauconita para moagem ou para criar efeito térmico. Observamos a evolução brasileira no uso do fósforo, com o Yoorin, embora agora, para nosso espanto, estejam parando de produzi-lo. Com isso, o Brasil dá ao mundo uma demonstração de que a agricultura orgânica aqui será muito mais desenvolvida. O mundo inteiro aceita produtos que não usam processos químicos, e hoje nós dispomos de fertilizantes e defensivos que não usam esses processos. Não vou entrar em detalhes, porque creio que a Câmara dos Deputados tem condições de ouvir a EMBRAPA e conhecer de forma muito mais específica aquilo que eu estou enunciando aqui.

Quero recomendar enfaticamente que não se legisle com a visão utópica do partidarismo ou do radicalismo. Tenho absoluta certeza de que o esforço para



desenvolver a agricultura tropical pode servir muito ao mundo. O abastecimento dos 9 bilhões e 700 milhões de habitantes que viverão quando a população na Terra chegar ao equilíbrio só será possível com a evolução da agricultura nas áreas tropicais. As áreas temperadas estão praticamente exauridas. Nós seremos os únicos que poderão oferecer o que o mundo necessita, usando tecnologias ajustadas e reconhecidamente sustentáveis em biomas apropriados.

Agradeço por esses 5 minutos. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Muito obrigada, Ministro Alysso Paulinelli. É sempre uma aula ouvi-lo. O senhor participou da evolução da agricultura nacional e citou cronologicamente muito bem essa história.

As pessoas estão nos ouvindo pela televisão e pela Internet, o que me deixa muito feliz. É muito bom, para os jovens que estão chegando, aprender um pouco do que foi o País nas décadas de 1960 e 1970, que não estão muito longe. A grande evolução do Brasil nessa área ocorreu dessa época para cá.

O senhor pode ter certeza de que esta Comissão terá muita responsabilidade com o trabalho que vai fazer em relação ao Projeto de Lei nº 3.200/15. Vamos estudar uma nova legislação para os defensivos fitossanitários ou defensivos agrícolas — eu acho que o nome é o que menos importa. O que importa é que tenhamos uma legislação moderna, uma legislação que atenda aos anseios da população, uma legislação responsável, pé no chão e exequível. O Brasil precisa parar de querer ter legislações que não lhe são adequadas.

O senhor disse coisas importantíssimas sobre os biomas. O Brasil é um país de dimensão continental, há vários países diferentes dentro do Brasil, e nós temos que levar em consideração essas diferenças ao legislar, com certeza.

Quando eu aceitei o convite para ser Presidente desta Comissão, comecei a prestar ainda mais atenção aos vários discursos nesta e em outras Comissões desta Casa, e percebi que eles são muito ideológicos. Nós não estamos aqui para discutir ideologia. Essa é uma legislação técnica e diz respeito à defesa nacional, à segurança nacional, já que um país que não tem alimentos para a sua população tem uma fragilidade muito grande. O despertar dessa tecnologia de que nós dispomos hoje permite que o País ofereça segurança alimentar para a nossa



população. Temos estoque e ainda alimentamos boa parte do mundo. E podemos fazer muito mais, se tivermos juízo.

Eu disse que *“o diabo é inteligente, porque ele é velho”*. A experiência é muito importante, mas não é só isso que conta. Aqui, nós e o Deputado Luiz Nishimori, que é o nosso Relator, precisamos também ter paciência e capacidade de ouvir todos atentamente. O senhor pode ter certeza de que nós vamos fazer o melhor. Vamos ouvir a EMBRAPA, as universidades, todas as entidades interessadas nesse assunto. Se Deus quiser, vamos fazer uma lei que atenda aos anseios da nossa população, com a certeza de que o Brasil é o grande celeiro do mundo, sem nenhuma demagogia. Nós sabemos disso e precisamos preservar essa vocação do País.

O senhor falou no Cerrado. Eu sou do Cerrado, nasci no Cerrado e acompanhei o Cerrado, que era dos cupins, porque nele não dava nada. Eu me lembro de quando era pequena, e meu pai, que era engenheiro agrônomo, assim como eu, dizia: *“Essa terra aqui só serve para calango andar de cantil”*. A terra era seca, dura e cheia de cupim em São Gabriel do Oeste, e servia só para calango andar de cantil e para nós brincarmos. Hoje, ela é uma maravilha, é um modelo de agricultura para o mundo e um orgulho para o nosso Estado. Estou dando aqui um exemplo muito específico, mas assim estão várias outras áreas.

O senhor disse que o mundo teve uma surpresa com o Brasil. O despertar desse gigante incomoda muita gente, e nós, brasileiros, temos que ter consciência disso. Não podemos cair no canto da sereia.

Eu acho que no Brasil cabem várias agriculturas, graças às pesquisas que vêm sendo feitas ao longo do tempo. O senhor acabou de citar o que a EMBRAPA vem fazendo, ainda silenciosamente. O Dr. Maurício, que preside a EMBRAPA, deveria estar nesta Mesa, juntamente com o senhor e a Dra. Daniela. Ele não pôde estar presente, mas virá a esta Comissão para falar daquela instituição, que é um orgulho para a agricultura tropical.

Todos aqui que praticam a agricultura sabem da importância de preservar o meio ambiente, de não contaminar as águas e o subsolo. Ficamos muito incomodados quando ouvimos algumas declarações emblemáticas jogadas ao vento, como a afirmação de que o Brasil usa 5 quilos de agrotóxicos *per capita*, por



exemplo. Eu queria saber de onde saiu isso. É muito fácil alguém pegar um número e moldá-lo aos seus argumentos. O papel desta Comissão vai ser muito importante nessa questão.

Hoje, nós viemos aqui reforçar que o propósito desta audiência é tratar da caracterização da agricultura brasileira e sua tropicalidade. No nosso plano de trabalho, dividimos esta Comissão em eixos. Agora, nós estamos tratando da tropicalidade, e virão outras discussões: sobre defesa ambiental, sobre gerenciamento de riscos, sobre risco alimentar. Tudo isso vai ser tratado no plano de trabalho executado por esta Comissão. Nós teremos bastante tempo para debater, e eu quero que o senhor tenha orgulho do que vai sair daqui. Vamos nos esforçar para isso.

Passo a palavra à Dra. Daniela Frozi, representando a Dra. Maria Emília Pacheco, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA. V.Sa. dispõe de 20 minutos, mas, se precisar, terá franqueado o tempo que for necessário.

A SRA. DANIELA FROZI - Muito obrigada, Deputada. Em nome do CONSEA e da nossa Presidente Maria Emília Pacheco, eu agradeço o convite.

Dois terços dos membros do Conselho são representantes da sociedade civil, e o restante representa o Governo. Mas a Presidência é exercida por uma representante da sociedade civil, o que diferencia o CONSEA de outros conselhos federais e estaduais. A presença da sociedade dentro do nosso Conselho é forte.

Eu gostaria de me apresentar. Sou doutora em Ciências da Nutrição pela UFRJ, tenho mestrado em Ciências dos Alimentos e da Nutrição pela UNICAMP e sou nutricionista. Também sou pesquisadora em estágio de pós-doutorado na FIOCRUZ de Brasília. Então, tenho uma abordagem bastante técnica sobre essa temática.

Primeiro, eu gostaria de parabenizar o ex-Ministro Alysson pela aula histórica que deu aqui sobre a evolução da agricultura. Sem dúvida alguma, não é à toa que ele é reconhecido como “o pai da agricultura”. Quando acessamos seu nome no Google, logo aparece “pai da agricultura”, e eu pude comprovar o motivo dessa sua paternidade.



Ministro, eu não gostei da ideia de Satanás, viu? (*Risos.*) Eu gostei mais da ideia do Éden, que iniciou sua fala. Eu gostaria de fazer uma pequena análise filosófica disso.

Acho que a comida e a agricultura são boas para alimentar — todos gostam de comer — e são boas também para fazer pensar. Desenvolvemos atividades de educação alimentar e nutricional com enfoque na saúde em escolas, em hospitais e onde a sociedade brasileira nos permite fazê-las. Costumo dizer que a alimentação é boa para várias coisas, porque ela possui diferentes dimensões. Então, uma lei dessas, Deputada, realmente lhe dará oportunidade de ouvir vários segmentos, não só os cientistas, mas também os agricultores, os trabalhadores da agricultura. Também lhe permitirá ouvir sobre a cultura alimentar, as tradições e todo esse corpo de que faz parte a sociedade brasileira, que é complexa.

A abordagem sobre o Éden me tocou, porque eu também sou cristã. Por isso, uso o anel de tucum, que encerra um compromisso não apenas religioso, mas também um compromisso de vida como nutricionista. Sempre pensei nos desnutridos e, quando criança, eu pensava em matar a fome das pessoas, principalmente das mais empobrecidas. Eu cresci com esse legado, com essa vocação. De fato, eu agradeço muito à militância dos cientistas do Brasil em relação à segurança alimentar e nutricional, que proporcionou ao Brasil estar hoje fora do mapa da fome. Como disse a Deputada Tereza Cristina, hoje o Brasil exerce um papel importante nessa área, sendo um exemplo para a FAO de como alimentar o mundo não só com a nossa produção, mas também com os saberes que acumulamos nesse setor. Então, temos muito a partilhar.

Volto à perspectiva do Éden como um jardim em que tudo estava plantado, e todos os humanos, ali representados por Adão e Eva, só podiam ser extrativistas. Transporto a imagem desse jardim para os dias de hoje, em relação à agricultura. No Jardim do Éden, havia produção para que se comesse de forma suficiente dos pontos de vista nutricional e da satisfação dos prazeres. As frutas, os legumes, os cereais, as sementes, além de nutrir, exerceriam uma função no campo da espiritualidade ou da metafísica, considerando quem não acredita na existência divina do Jardim do Éden.



Ministro Alysso, eu fiquei pensando quais seriam as funções social, cultural e biológica da agricultura para a sociedade brasileira. E não devemos falar “da agricultura”, no singular, pois sabemos que há várias agriculturas convivendo hoje no Brasil. O senhor mesmo destacou sua posição contrária ao uso abusivo de agrotóxicos e sua tendência, como produtor, de caminhar numa linha que preserva o solo, a semente, os biomas, o ambiente e toda a sociabilidade que envolve o alimento. Assim, nesse projeto de lei, é preciso atentar para a função da agricultura para a sociedade, para o que a sociedade brasileira deseja.

Lembro-me de uma pesquisa realizada por vários pesquisadores no mundo, inclusive ingleses, sobre a alimentação transgênica e a agricultura que utiliza sementes transgênicas. Surpreendentemente, esse estudo demonstrou que as populações da Inglaterra, da América Latina e de alguns outros países da Europa rejeitavam tanto a ideia do plantio de sementes transgênicas quando a ideia do uso abusivo de agrotóxicos. Eu posso passar a referência bibliográfica a quem tiver interesse nesse estudo, em que uma das conclusões foi principalmente baseada na área da saúde, que venho estudando todos esses anos.

Por que será que a sociedade rejeita isso? Existem estudos epidemiológicos internacionais abrangentes — americanos, ingleses, australianos e de outras nacionalidades, além dos brasileiros — que apontam a relação direta do uso abusivo dos agrotóxicos e dos resíduos de agrotóxicos com a saúde humana. Inclusive, recentemente uma nota foi feita por pesquisadores do Instituto Nacional do Câncer — INCA, pela primeira vez na sua história, posicionando-se a respeito do uso abusivo dos agrotóxicos.

Dentre os diferentes aspectos a serem abordados nessa área, eu queria que esta Comissão se debruçasse sobre a saúde humana. A agricultura tem que ser boa não só para a economia e não só para os produtores, mas precisa ser boa também para a sociedade, para que todos tenham vida e a tenham em abundância. Nesse sentido, acredito que a agricultura precisa se reinventar.

Eu sempre penso a agricultura sob o ponto de vista econômico. Participei recentemente de uma banca de tese de doutorado no Rio Grande do Sul que avaliou os aspectos econômicos da agroecologia e da agricultura orgânica, e um dado me surpreendeu: a venda da produção desses sistemas no Brasil cresceu o dobro



daquilo que se esperava. No mundo, circularam nesse tipo de agricultura quase 280 bilhões de dólares, e o mercado que consome frutas e hortaliças do Brasil, principalmente o mercado europeu, tem interesse em que o nosso País passe a cultivar alimentos com maior rigor no uso de agrotóxicos ou até livres de agrotóxicos. Então, há uma perspectiva para a nossa agricultura. Concordo plenamente com a ideia de que moramos num *“País tropical abençoado por Deus e rico por natureza”*. Por isso, a nossa agricultura tem o potencial de fazer o Brasil ser um celeiro de alimentos para o mundo.

Alguns aspectos desse projeto de lei precisam ser olhados com precisão técnica e científica, principalmente porque alguns deles irão dificultar os estudos epidemiológicos brasileiros e o controle de doenças com diferentes morbimortalidades.

Solicito que tenham paciência, assim como eu tive a paciência de ouvi-los, pois esses são aspectos muito delicados do ponto de vista da ciência.

Para conhecer e monitorar a saúde, a ciência precisa conhecer os elementos químicos presentes na alimentação, na água, no ar, em todo o ambiente em que a população vive. Talvez os movimentos sociais não compreendam profundamente alguns aspectos desse projeto de lei, mas eu, como pesquisadora, penso que é importante ressaltá-los.

Para mim, a terminologia é importante, sim. Quando passamos a não denominar agrotóxico como “agrotóxico”, mas como “defensivo”, “fitossanitário” ou “produto de controle ambiental”, perdemos a capacidade de comunicação na área da saúde, principalmente com os consumidores. Estamos falando o tempo inteiro da sociedade, mas também temos de falar dos consumidores. Hoje, os consumidores brasileiros — e do mundo — não querem mais ser enganados. Eles preferem consumir um produto com agrotóxico que informe que ali há os agrotóxicos x, y e z do que não terem essa informação. Então, é muito importante haver essa honestidade no processo de comunicação com a sociedade. É preciso não infantilizar a sociedade, porque isso seria um grande erro. A sociedade brasileira é hoje mais madura, e isso ocorre no mundo todo. Ela evoluiu, está mais complexa, tem acesso a diferentes meios de comunicação, à Internet, à forma de lidar com os saberes. Essa sociedade deseja ser informada, e isso é muito interessante nesse



processo civilizatório. Então, parece-me que retirar esse termo leva a uma perda para a humanidade, para a sociedade.

A minha principal defesa é em relação à informação para a sociedade brasileira e para o mundo. Eu gostaria de lembrar que o Brasil assinou compromissos internacionais com diversos países, como o Global Harmonization System — GHS, a Convenção de Basileia, a Convenção de Roterdã e a Convenção de Estocolmo. Foram assinados outros acordos internacionais sobre a questão dos fitossanitários e dos agrotóxicos, separadamente. Portanto, há um lugar separado nesse processo.

Lembro também que o Brasil foi signatário e participou de forma bem importante desses acordos e compromissos internacionais não ao longo dos últimos 13 anos, mas ao longo da história da sua democracia, que é bem maior do que os 13 ou 14 anos deste Governo. Precisamos considerar que o País tem uma história democrática na construção de tratados internacionais. Eu vou deixar com a Deputada esses documentos.

Eu gostaria de lembrar que esses tratados definem os perigos dos produtos químicos e criam processos de classificação e de comparação, usando os dados disponíveis sobre esses produtos. Todos os critérios de perigo estão bem definidos. A comunicação da informação do perigo nos rótulos é justamente a minha defesa. Nesses tratados todos que eu citei há fichas com informação sobre a segurança desses produtos. O poder da informação como elemento para evitar riscos não desejáveis realmente tem significado para as sociedades mundial e brasileira. A sociedade precisa ter essa autonomia. Nós falamos aqui de soberania do ponto de vista da agricultura. Eu gostaria de lembrar também a soberania humana no processo de tomada de decisão. A informação me parece ser um importante aspecto nesse processo.

Outra questão que esse projeto de lei traz é a criação da Permissão Experimental Temporária — PET, que invalida o Registro Especial Temporário. O Registro Especial Temporário já era um elemento bem frágil que existia nas leis anteriores, que provavelmente foram mencionadas anteriormente. Eu vou citá-las, para que nós tenhamos noção do que nós estamos falando. A lei atual revoga a Lei nº 7.802, de 1989, e também o Decreto nº 4.074, de 2002.



Apesar da grande competência técnico-científica brasileira nessa área, que foi mencionada pelo ex-Ministro Alysson em relação à EMBRAPA, eu gostaria de alertar que nós não estamos tão avançados em relação à Permissão Experimental Temporária. A Food and Drug Administration — FDA, nos Estados Unidos, tem um prédio de mais de 40 andares com muitos laboratórios, muitos técnicos, muitos instrumentos e muita capacidade técnica, enquanto no Brasil a ANVISA não tem essa mesma condição. Nós não contamos com um órgão que possa fazer análises de resíduo de agrotóxico com tanta destreza. Hoje, o Brasil é deficitário nesse tipo de formação e fica deficitário nesse tipo de produção de conhecimento. Às vezes, citam-se até dados fornecidos pela própria empresa que produz os agrotóxicos para informar sobre a periculosidade do produto. Enfim, ainda não contamos com capacidade técnico-científica soberana que nos permita saber sobre a segurança do agrotóxico e sobre o nível de resíduo no produto.

Por isso, acho bastante importante ouvir a ANVISA, a EMBRAPA — bem sugerida pelo Ministro Alysson — e o Instituto Nacional do Câncer, que também tem manifestações a fazer sobre novas informações a respeito dos diferentes tipos de câncer. Antes, nós não tínhamos essas informações, e hoje elas já estão disponíveis. Hoje já existem, por exemplo, achados em relação ao câncer de estômago e ao câncer de intestino; achados em relação às alergias, com um trabalho no campo da imunologia e de todo tipo de desenvolvimento de células mutagênicas nessa área também; e achados em relação a doenças imunossupressoras.

Então, nós precisamos ouvir médicos, ouvir diferentes setores da sociedade, diferentes setores que possam nos ajudar a melhor legislar sobre essa causa.

Já estou terminando. Faltam 2 ou 3 minutos.

Eu gostaria de destacar a Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários. A ideia é muito interessante desde que tenhamos a possibilidade real de fazer certo controle — e aí eu vou na direção do ex-Ministro Alysson, que diz que precisamos ter rigor.

Mas eu fui da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança — CTNBio e ouvi muitos colegas ali dentro citando dados de empresas de sementes



transgênicas, pela ausência de estudos nessa área no Brasil. A mesma coisa pode vir a acontecer com a CTNFito, por falta justamente desse processo de controle.

Eu fico pensando no quanto essa legislação poderia dar conta em termos de fortalecimento da capacidade técnica brasileira, para que possamos responder, de forma autônoma e soberana, às questões de interesse nacional, não só de interesse, vamos dizer assim, mais específico, das empresas em si.

Além desses aspectos, haveria alguns outros. Mas vou deixar todos eles anotados e vou encaminhar um documento que foi produzido para esta minha fala.

Quero lembrar que a sociedade brasileira, assim como esta Casa, espera que V.Exas. zelem pelos seus direitos. E o principal direito pelo que nós pretendemos que os nossos Deputados aqui dentro zelem é a saúde da população e a segurança dessa saúde, que deve ir além de interesses somente econômicos. É preciso que se consiga conciliar, de alguma forma, o desenvolvimento econômico do Brasil com o desenvolvimento humano. E para que o ser humano possa se desenvolver, ele precisa de saúde e de alimentação saudável.

Por último, eu gostaria de lembrar que o conceito de segurança alimentar nutricional é a garantia de todos ao acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tampouco o sistema alimentar futuro — está aí princípio da sustentabilidade, também é importante —, devendo se realizar em bases sustentáveis.

Todo país deve ser soberano, para que possa assegurar a segurança alimentar e nutricional de seu povo, respeitando o meio ambiente, respeitando as pessoas, a sua cultura alimentar e a de cada povo presente num determinado território.

Eu gostaria também de lembrar que a alimentação é boa para comer, mas também para fazer pensar. Esta Comissão tem que se debruçar sobre este lugar do pensamento, dos saberes. A humanidade, de forma milenar — milenar —, soube sobreviver no planeta Terra. Nós não descobrimos a alimentação recentemente. A humanidade a descobriu há milênios, quando não existia sequer Ciência. Então, esse processo de conhecimento também é um processo de costura de saberes.



Eu vou lembrar agora, ex-Ministro Alysson, que é um agricultor, o meu avô, que é agricultor. O meu pai tem fazenda, o meu irmão também é um produtor. E eu vou me lembrar da herança do meu avô, que é agricultor, e que, de uma forma tão simples e eficiente, lidava com a terra e sustentava a sua família — de forma simples, mas muito eficiente.

Agora, com tanta tecnologia, nós continuamos, permanecemos nesse lugar, mas entendendo que a alimentação é para além, entendendo-a com uma postura — quem sabe? — mais solidária, mais fraterno.

Que não pensemos só nos interesses econômicos, mas também nos interesses legítimos da população brasileira e da população do mundo, que espera que essa agricultura não viole princípios humanos, princípios sociais, valores sociais e humanos, e que ela tenda a nutrir não só corpos, mas também sonhos e perspectivas de nova sociedade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Peninha Mendonça) - Eu gostaria de agradecer pela participação à Dra. Daniela Frozi, assim como ao ex-Ministro Alysson Paulinelli.

Aliás, o Ministro Alysson Paulinelli é engenheiro agrônomo como eu. Paulinelli se formou em Lavras, eu me formei na Faculdade Eliseu Maciel, em Pelotas, no Rio Grande do Sul. Quando eu me formei, o amigo era Ministro da Agricultura, na época do Governo do ex-Presidente Ernesto Geisel. Temos boas lembranças daquele período em que ele estava na condição de Ministro.

Além de Ministro, ele já foi Deputado Federal, já foi nosso companheiro, já esteve aqui nesta Casa e conhece também as questões políticas. Portanto, já esteve em todos os meandros — de produtor; de técnico; de pesquisador talvez; da assistência técnica talvez — e continua contribuindo com a agricultura catarinense, com a agricultura brasileira. Eu sou catarinense, e é o hábito do cachimbo falar em Santa Catarina. Ele continua contribuindo com a agricultura brasileira.

Quero fazer uma referência. Eu me lembro de que, quando estudava Agronomia, nossos professores falavam muito da Lei de Malthus: o que a população crescia em proporções geométricas os meios de subsistência cresciam em proporção aritmética. Na frente, viu-se que nada disso aconteceu — é lógico,



principalmente em função da tecnologia. Hoje nós temos produção de alimentos talvez até acima da necessidade do mundo. Mal distribuída, é verdade, mas, se formos considerar os estoques reguladores das grandes potências, por exemplo, como os Estados Unidos, que poderiam ficar 3 anos, 4 anos, 5 anos sem produzir e ainda teriam estoques, nós veremos que há uma grande produção de alimentos, sim. A distribuição é que talvez não seja a mais correta.

Sr. Ministro, eu me lembro de que, quando comecei a trabalhar em Santa Catarina, no Município de Ituporanga, que é o Município do Brasil que mais produz cebola, nós produzíamos lá, em média, 12 toneladas de cebola por hectare. Hoje são 30 toneladas, em função de novos cultivares, tratamentos fitossanitários, fertilização, correção do solo e assim por diante. Isso é só um exemplo, mas todos poderiam ser citados. Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os maiores produtores do Brasil de maçãs, frangos e suínos. E poderíamos falar sobre diversas culturas em todo o Brasil.

Estamos trabalhando numa legislação sobre defensivos agrícolas. Eu acho que não há problema nenhum em usarmos defensivos agrícolas. Defender, sim. Defender a agricultura, as plantas e a população. Por que não? Temos que ter esse conjunto de cuidados. Quando falamos em legislação, temos que ter também uma grande preocupação. Nós Parlamentares, esta Casa, o Congresso Nacional, e também os Poderes Legislativos dos Estados e dos Municípios, no afã de produzirem leis, muitas vezes produzimos legislação que mais atrapalha do que ajuda. Se nós nos envolvêssemos menos e déssemos mais liberdade, talvez tivéssemos melhor resultado.

Por exemplo, em relação ao Código Florestal, eu sempre defendi — infelizmente, não se conseguiu isso — linhas básicas e mais liberdade para os entes federativos legislarem. Inclusive tenho um projeto de lei complementar tramitando nesta Casa que propõe a transferência para os Estados da legislação sobre a fauna. Hoje nós temos um problema sério, por exemplo, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, com o javaporco. Não podemos querer comparar uma situação do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina com a do Amazonas. Então, propusemos que cada Estado tenha liberdade para legislar, de acordo com as suas condições, como foi falado inicialmente em relação aos biomas, que não foram levados em



consideração. Só pelo fato de transferirmos a maior responsabilidade para os Estados, acredito, nós já resolveríamos essa situação.

Na sequência desta nossa audiência pública, eu já combinei com o nosso Relator, o Deputado Luiz Nishimori, nós vamos passar a palavra primeiro aos Deputados — no caso, ao Deputado Mauro Pereira —, e, em seguida, o Relator fará as suas colocações, e encerraremos com os dois palestrantes.

O Deputado Mauro Pereira está com a palavra.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Bom, primeiramente, quero cumprimentá-lo, Deputado Rogério Peninha Mendonça, que preside esta Comissão; a nossa colega Deputada Tereza Cristina, que teve que se ausentar, o meu colega Deputado Luiz Nishimori; e os nossos convidados — a Daniela Frozi, Conselheira do CONSEA, e o Ministro Alysson Paulinelli, de quem sempre ouvi falar.

Acompanhei o seu trabalho, apesar de jovem, meio novo, na época. É um prazer enorme estar aqui e ouvir o seu pronunciamento. Em 1975, eu trabalhava numa oficina mecânica de tratores, estava aprendendo mecânica no interior do Estado de São Paulo, e acompanhei muito bem o seu trabalho. Na época, o Estado de Mato Grosso estava se desenvolvendo, estavam abrindo fazendas. Parece que faz tanto tempo, mas, não, foi na década de 70. Aquilo tudo era mato, e as coisas estavam acontecendo. Desde aquela época, eu participo da agricultura, primeiro como mecânico, depois como técnico em mecânica, como instrutor da Agrale, na época dos tratores CBT e do trator FIAT. Então, eu venho acompanhando a agricultura muito de perto.

E, é lógico, acompanho tudo da agricultura: o desenvolvimento, os desafios que nós os agricultores tivemos, os desafios que o Governo teve, especialmente V.Exa. Porque no Brasil tudo teve que ser feito, tudo foi um aprendizado. Nesse aprendizado, eu não tenho dúvida nenhuma de que as coisas melhoraram e melhoram muito, em percentuais de 500%, 600%, 1.000%. Na época, o preparo do solo era feito com gradão de arrasto, que fazia erosão, que fazia estragos na lavoura. Depois veio o plantio direto.

Quando se trata do agrotóxico, do defensivo, eu não esqueço nunca os formicidas Furadan e o Gramoxone, que, quando você passava, matava tudo o que havia por perto e mais um pouco. E o que aconteceu? O desenvolvimento técnico da



agricultura fez com que nós aumentássemos a nossa produtividade e, graças aos doutores, graças aos cientistas, graças ao desenvolvimento, usando um herbicida que escolhe a folha, o tamanho da folha que vai matar. O restante fica. Era totalmente diferente. Esses foram os avanços que aconteceram.

Esta audiência pública vai ao encontro de quem pensa igual e de quem pensa o contrário. Conheço os meus colegas Deputados que fazem parte desse processo. Deputado Peninha, seria muito cômodo não se estressar, seria muito cômodo deixar as coisas acontecerem, seria muito cômodo deixar que se fizessem leis, obstrução, que cada um falasse o que quisesse. Não. Nesta Casa nós estamos tomando decisões e iniciativas. Esta vai ser uma legislação de extrema importância. Ela está sendo debatida com pessoas experientes, com pessoas que têm doutorado, no caso da Dra. Daniela e do nosso Ministro, que nos honra com a presença. Eu não tenho dúvida nenhuma de que nós vamos fazer o melhor.

Por exemplo, a minha região, de Caxias do Sul e Antônio Prado, na Serra Gaúcha, é o berço dos produtos ecológicos, 100% orgânicos. Eu acompanho tudo. O que nós vemos hoje? Se nós fôssemos utilizar somente os produtos 100% orgânicos, uma coisa seria certa: não daria para sustentar nem os parentes de quem produz. É muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Peninha Mendonça) - Malthus estaria certo, na sua teoria.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Não daria, não haveria condições.

Nós acompanhamos, faz uns 2 meses, no *Fantástico*, uma reportagem sobre feiras ecológicas, orgânicas. É lógico que a nossa imprensa tem um papel fundamental no nosso dia a dia. Os repórteres foram a diversas feiras orgânicas, ecológicas, em vários pontos do País, pegaram os produtos e pediram análise. A surpresa: os produtos não eram orgânicos. Essa foi uma denúncia do *Fantástico*.

Eu achei isso bom? Não, não achei. Ficou ruim, principalmente para quem consome esse tipo de produto e paga caro. Essa é mais uma das atitudes em relação às quais o Brasil está sendo passado a limpo. Agora, o que temos que fazer é isto o que nós estamos fazendo: ouvir, conversar, dar responsabilidade e valorizar as nossas instituições. Os órgãos públicos têm o maior valor. Os servidores públicos



têm experiência, têm responsabilidade. E é isto o que nós temos que fazer: cuidar e valorizar.

Ao mesmo tempo, os defensivos, os fitossanitários são muito caros, Ministro Alysso Paulinelli. O agricultor entra numa loja para comprar um produto para a sua produção com o coração partido. Ninguém quer usar defensivos e produtos porque gosta. São muito caros. Um litro de certos produtos custa mais caro do que um uísque 25 anos. Um litro custa 1.700 reais, 1.800 reais. É uma loucura. Então, ninguém tem prazer em utilizá-los, ninguém faz isso porque gosta. Os agrônomos e os técnicos nunca orientam o agricultor a colocar mais do que o normal, mais do que o necessário, porque isso é prejuízo para todo mundo.

No Rio Grande do Sul — agora vou falar do meu Estado —, o controle fitossanitário, os nossos agrônomos, as nossas Secretarias Municipal e Estadual da Agricultura... Porque existe um tempo de carência dos produtos, desde a hora em que são produzidos até serem retirados do pomar, da terra. Os agrônomos têm que assinar e ficar responsáveis, técnica e criminalmente, pelos produtos. Os nossos órgãos públicos estão fiscalizando. Aqui, a ANVISA noutro dia bloqueou um produto de um agricultor porque o tempo de carência não havia sido respeitado e porque continha vestígio de outros produtos. Bloqueou. Ele não pôde fornecer mais para o mercado e teve que assinar um Termo de Ajustamento de Conduta — TAC no Ministério Público. Então, as nossas instituições estão cumprindo as suas obrigações e têm que ser valorizadas.

Nós, aqui, não tenho dúvida nenhuma, vamos discutir e aprovar a lei. E quem vai sair ganhando, no final, é a nossa sociedade.

Era isso. Quero agradecer ao Ministro Alysso Paulinelli e à Daniela Frozi pela presença. Hoje não há mais Deputados aqui porque é um dia atípico na nossa Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Peninha Mendonça) - Agradeço pela participação ao Deputado Mauro.

Antes de passar a palavra ao Deputado Luiz Nishimori, se me permitem, quero fazer uma saudação ao Vereador Tampa, da cidade de Piçarras, em Santa Catarina, que veio acompanhar a nossa audiência pública.



Passo a palavra ao Relator do projeto de lei que esta Comissão Especial analisa, o Deputado Luiz Nishimori.

O SR. DEPUTADO LUIZ NISHIMORI - Quero cumprimentar o Deputado Rogério Peninha Mendonça, o Deputado Mauro Pereira, que esteve aqui, a nossa Presidente, a Deputada Tereza Cristina, os demais senhores aqui presentes — técnicos, assessores e interessados na questão do Projeto de Lei nº 3.200.

Realmente a presença dos senhores aqui é muito importante.

Como Relator e requerente desta audiência pública, eu quero agradecer pela presença ao Dr. Alysson Paulinelli, que recebeu o Nobel da Agricultura, que recebeu o prêmio máximo na área de alimentação e agricultura mundial, o nosso eterno Ministro da Agricultura, conhecedor, sem dúvida, da agricultura brasileira, que nos deu uma aula hoje.

Muito obrigado, Ministro. O senhor é sempre bem-vindo à nossa Casa.

Quero agradecer também à Dra. Daniela Frozi, Conselheira do CONSEA, que é grande defensora da segurança alimentar. Realmente, é muito importante que seja regulamentado o que nós comemos aqui. Quando me alimento com um tomate, um morango ou mesmo uma batata, fico muito preocupado, porque não temos ainda a regulamentação.

Na semana passada, apresentamos o plano de trabalho desta Comissão. Ele foi dividido em 18 temas. Hoje nós estamos discutindo a caracterização da agricultura brasileira e sua tropicalidade. A agricultura tropical é o que estamos discutindo aqui.

Como disse o Dr. Alysson Paulinelli, 40 anos atrás o nosso Brasil era o maior importador de alimentos: importava carne, trigo — e até hoje não temos um plano de trabalho para o plantio de trigo e a sua comercialização —, arroz, feijão. O Brasil era comprador de alimentos. Depois da exploração do Cerrado, dessa terra semiárida que nós temos aqui no Cerrado, conseguimos produzir e hoje podemos dizer que somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo. A nossa produção de soja, sem dúvida, está ultrapassando a produção dos americanos. Produzimos algodão e várias outras coisas e estamos tendo grande sucesso.

Eu ouvi os dois lados. Um lado falou um pouquinho da produção, da eficiência da produtividade aqui no Cerrado. O outro lado, parece-me, defendeu a redução do



uso da agricultura ou está preocupado com a questão alimentar. Eu acho que este debate é muito importante. Eu quis provocar um debate entre o lado produtivo e o lado do consumidor alimentar. Acho que isto é muito importante: ouvirmos e depois tentarmos fazer o melhor possível. A nossa legislação, de 30 anos, usa os termos “defensivos agrícolas”.

O Deputado Mauro Pereira falou do Gramoxone e de outros. Eu usei DDT — veja bem —, Parathion e BHC. Eu sou dessa época, eu usava. Antigamente, passavam BHC para matar piolho!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ NISHIMORI - Você é novinha ainda. *(Riso.)* Era um absurdo! Isso, é lógico, foi corrigido. Aconteceu 30 anos atrás.

Agora nós vamos fazer o melhor possível. Por isso é muito importante provocar esta discussão.

Vou fazer rápidas perguntas para os dois. Vamos ficar aqui na caracterização da agricultura brasileira na questão tropical, porque acho que isso é importante. Se os dois puderem responder, eu ficarei muito grato.

A primeira: o processo histórico de ocupação do Cerrado, do Semiárido e das áreas de clima tropical úmido foi determinante para a economia do Brasil?

É possível manter os atuais índices de produtividade sem a utilização de defensivos fitossanitários?

Mais uma: o que diferencia a agricultura brasileira da agricultura praticada em diversos outros países? *(Pausa.)* A essa pergunta, na verdade, o Dr. Paulinelli já respondeu.

Tenho outras perguntas a fazer: os senhores concordam com o sucesso e o grande avanço da agricultura brasileira no Cerrado, principalmente em terras semiáridas?

É viável o desenvolvimento econômico e agrícola em ambientes tropicais sem a utilização de defensivos fitossanitários? E como isso poderia ser feito?

Última pergunta: somente a agricultura familiar pode contribuir para a soberania alimentar do Brasil?

Sem defensivos agrícolas, consegue-se alimentar a população brasileira? Só com produtos orgânicos. Ou não?



Essas eram as perguntas que eu gostaria de fazer. Se pudéssemos debatê-las nesta audiência pública, seria muito interessante. É mais ou menos isso que eu queria ouvir dos dois palestrantes fantásticos que vieram aqui e estão colaborando com a nossa audiência pública.

Muito obrigado, Presidente Tereza Cristina.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Vou passar a palavra à Dra. Daniela, para as suas respostas.

A SRA. DANIELA FROZI - São bem provocadoras e extremamente pertinentes as suas colocações, Deputado Luiz. Eu o parabeno pelo convite a pensar a alimentação.

Bem, eu sou munida de algumas informações técnicas de agrônomos que acreditam — e estão experimentando a Ciência — ser possível, sim, alimentar o Brasil e o mundo com uma agricultura mais agroecológica, não só pela pequena agricultura, mas também pela grande agricultura.

Nesse processo histórico sobre o qual você pergunta, nós tivemos três grandes revoluções na agricultura. Uma delas foi a revolução da qual o ex-Ministro Alysson já falou, que foi a Revolução Verde, o advento dos chamados defensivos agrícolas, dos agrotóxicos e dos fertilizantes, de todas as substâncias químicas utilizadas na agricultura, que na década de 70 teve o seu *boom* e culminou com a influência em todo o sistema agroalimentar, que, na época, ainda tinha vocação para terminar com a fome aqui no Brasil. Estamos falando de Brasil, e você me pediu que falasse de Brasil.

De fato, a indústria de alimentos também teve um papel muito importante no aproveitamento daquilo que é produzido em excesso. A indústria de alimentos geralmente poupa energia ao concentrar os alimentos com maior tempo de validade na prateleira dos supermercados. Isso, de alguma forma, garante esse processo.

Só que, ao mesmo tempo, esse processo trouxe mudanças no quadro epidemiológico do Brasil. Não podemos esquecer que no Brasil nós temos a transição epidemiológica, que é justamente sair de uma situação de desnutrição para uma situação de obesidade. Hoje, o maior risco na saúde brasileira está relacionado à obesidade e a todas as doenças a ela correlacionadas. Então, temos as doenças crônicas não transmissíveis, todo o processo de doenças e



comorbidades, que são muito importantes, que vão desde doenças do coração até câncer, já citado aqui. E a obesidade tem uma correlação muito forte com isso. Hoje, todos os epidemiólogos da saúde apontam que isso aconteceu pela superabundância de alimentos que temos no mundo — no Brasil também. Nós temos hoje um excesso energético proteico, de acesso muito fácil, principalmente às populações mais carentes.

Vou dar um exemplo desse processo da agricultura e de como ela pode influenciar toda a cadeia produtiva alimentar. Por exemplo, uma pequena quantidade de recursos financeiros e um grande contingente de calorias. Estamos falando de um pacote recheado, industrializado, com baixa qualidade nutricional e com alta carga nociva à saúde por 3 reais — estamos falando de menos de 1 dólar quase. Então, levamos quase 3 mil calorias para casa — uma família, uma criança — e todos esses agravos relacionados à obesidade.

Depois da Revolução Verde, tivemos a Revolução Biotecnológica, com a própria presença dos alimentos oriundos das sementes OGM — Organismos Geneticamente Modificados no Brasil. Ela proporcionou também aumento de cômputo energético e de alguma forma fez surgir uma luta... Hoje, o gasto da saúde do setor público e do setor privado é enorme em função do excesso de peso e das doenças correlacionadas à obesidade da população.

Logicamente, há alguns grupos que estão chamando esta nova revolução que está acontecendo no Brasil de Revolução Agroecológica.

Queria esclarecer que a Agroecologia é uma ciência, não uma utopia. Deputada Tereza Cristina, eu queria anunciar que hoje a Agroecologia é uma ciência extremamente consolidada no Brasil e no mundo. A Agroecologia é uma ciência. Ela não é uma ideologia, ela não é um movimento social. É uma ciência que tem editais, que tem pesquisas, que tem uma evolução. Vários países inclusive vêm estudando a Agroecologia de forma sistemática e providenciando respostas a perguntas como estas: quanto de área produtiva se cultiva com a metodologia da Agroecologia? Quantos povos e nações você pode alimentar com a Agroecologia?

A FAO — Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, há cerca de 5 anos, vem emitindo pareceres.



Com o maior prazer, posso encaminhar documentos sobre essa área, Deputado Luiz. Vou anotar o seu *e-mail*.

A FAO também está muito baseada em dados científicos relacionados a essa nova ciência e a essa nova possibilidade de revolução agroecológica.

O último *Censo Agropecuário* apontou que 70% das diversidades, daquilo que o brasileiro come hoje, vêm da pequena agricultura. Esse número pode ser maior, pode ser menor. Pode ser que estejamos falando de um dado ainda não atualizado. Então, a pequena agricultura de fato tem esse papel. Agora, a pequena agricultura também é utilizada pela grande agricultura. São agriculturas que se comunicam e que podem ser potencializadas. Não vejo conflito nesse processo. Eu acho que, quando você facilita para o pequeno agricultor, você facilita para o médio agricultor, e o grande agricultor passa também a repensar a sua forma de fazer planos sobre esse processo, não só produtivo, mas também de negócios.

Cito um dado sobre essa questão da caracterização tropical e de biomas na Revolução Agroecológica: as EMBRAPAs têm um papel fundamental nesse processo no Brasil. Eu queria sugerir que convidassem a EMBRAPA Agroecológica para conversar com vocês aqui, porque ela reúne um conjunto de pesquisadores e cientistas muito renomados, conceituados, muitos deles premiados internacionalmente.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DANIELA FROZI - Serão convidados.

Parece-me importante esse movimento, que estamos fazendo também, no campo da saúde, no combate da obesidade e de todas as doenças crônico-degenerativas relacionadas à obesidade.

Então, talvez seja preciso uma adequação nesse sistema agroalimentar, para o consumo, pensando na perspectiva, como o Deputado Luiz me disse para fazer, do consumo, ou seja, não numa agricultura que vá ao encontro da produção de algodão, da produção de outros alimentos que nem sempre têm a função de alimentar, que têm uma função mais econômica, relacionada a outras cadeias, que não necessariamente são de alimentos. O próprio milho é utilizado em outras cadeias produtivas e de desenvolvimento econômico, e não necessariamente atende à necessidade da segurança alimentar e nutricional. Cito também o campo que



chamamos de soberania alimentar, do ponto de vista daquilo que o consumidor deseja consumir.

Acredito que, realmente, nesse aspecto, há muito conhecimento já em artigos científicos, em revistas internacionais importantes de consumo, da nossa ciência brasileira, do qual é preciso realmente falar.

Eu também vou encaminhar aquela pesquisa que eu comentei, sobre os consumidores nacionais e internacionais, sobre o desejo dos consumidores brasileiros em conhecer o que estão comendo. Na verdade, isso é uma forma de proteção à saúde e ao bem-estar, à qualidade de vida de cada população, de cada sociedade.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Dra. Daniela.

Eu passo a palavra agora ao Ministro Alysson Paulinelli.

O SR. ALYSSON PAULINELLI - Muito obrigado, Deputada.

Eu tenho muito prazer em responder ao nosso caro Deputado Luiz Nishimori, especialmente às duas perguntas mais objetivas que ouvi, que foram sobre manter a atual produção sem a dependência do uso de defensivos e sobre se a agricultura familiar seria capaz, sozinha, de produzir o suficiente para abastecer o País e também a agricultura orgânica.

Eu estou bastante atento a esse fato porque o ato de produzir tomou, no mundo, uma conotação diferente. A caça, a pesca, a extração de produtos que supriam as necessidades do homem, é evidente, faziam parte de uma agricultura extrativa. A evolução do tempo demonstrou que a sociedade humana se aperfeiçoou. Ela aprendeu a buscar formas de alimentação que lhe dessem maior sensação de nutrição e de prazer.

A Dra. Daniela nos deu aqui uma base fundamental de sua ciência filosófica. Eu gostei muito de algumas afirmações que eu ouvi.

Infelizmente, este é um mundo de competição. Nem a religião nem a política conseguiram modificar a índole do indivíduo, para que os mais competentes tratassem os menos competentes com benesse. Não foi possível. Com isso, o que há é uma evolução do mundo produzindo para a área de mercado. Foi o mercado que evoluiu. E evoluiu por uma razão muito simples: a falta do alimento não impede



só um bom de pensar. Ao contrário. A falta do alimento — já foi demonstrado várias vezes no mundo — provoca cizânias, guerras, tensões fortes entre países. É dentro desse conceito que nós temos que encarar a agricultura também no Brasil.

O mercado existe. Eu sempre fico muito triste quando vejo os nossos produtos virarem *commodities*. Aqueles que me conhecem mais ou que já trabalharam comigo — fico muito feliz por ver vários deles aqui — sabem o quanto me desagradava ouvir alguém dizer que mais um produto tinha virado *commodity*.

Commodity é um produto sem amor, sem feição, sem qualidade. E o Brasil foi vítima disso. Vocês imaginam que nós exportamos o café — até hoje o nosso principal produto — como *commodity*, porque o mundo assim determinou.

O nosso esforço tem sido grande. No meu Estado de Minas Gerais nós conseguimos até uma evolução, porque café é bebida, e bebida tem que ter qualidade.

Tenho alguns amigos na França que, quando voltei à Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais em 1991 — assumi essa Pasta pela primeira vez em 1971, depois voltei em 1991 e fiquei por longo tempo —, vieram aqui me ajudar porque descobri que há cerca de 150 anos na França o vinho também era *commodity*, e os vitivinicultores estavam quebrados, vivendo à custa de esmolas de governo. Quem visita a França hoje sabe que essa mudança de termo, saindo de um produto *commodity* para um de qualidade, de certificação de origem, que esmerou o sabor, o aroma, etc., deu a essa bebida a condição de riqueza de quem a usa e de quem a produz.

Então, não podemos ser sonhadores em achar que a agricultura brasileira caminha nessa direção.

Quero responder claramente ao Deputado Luiz Nishimori que é impossível manter a agricultura, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, sem o uso de produtos químicos defensivos.

Essa palavra, agrotóxico, é muito abrasileirada. Acho que foi um grupo de radicais que inventou essa palavra. Ela praticamente não existe no inglês nem no espanhol. Acho que seria conveniente criar outro nome. Eu mesmo a uso sem nenhum preconceito contra ela.



Penso que nós temos que usar um remédio, mas a forma de usá-lo é o que me preocupa. Precisamos saber se esse remédio é degradável, se esse remédio atende às necessidades que temos e se ele vai provocar danos futuros aos recursos naturais, como solo, água, planta, animais e o próprio clima. Acho que é nesse ponto que nós temos que nos focar.

Portanto, Deputado, posso lhe garantir que não é só o Brasil. No mundo hoje não se faz isso.

Se a Deputada me permitir, quero dar um exemplo muito interessante de um momento que estou vivendo. Na ABRAMILHO, procurei os grandes produtores de milho para conversarmos um pouco. E, dessa conversa, nasceu a necessidade de criarmos uma agência entre três países que, sozinhos, produzem 50% do milho mundial e têm de 70% a 80% do mercado mundial, que são Argentina, Brasil e Estados Unidos. Nós a criamos, e se chama MAIZALL — The International Alliance for Maize. É até do Brasil o atual Presidente dessa agência. Não sou eu, é o nosso caro amigo Sérgio Bortolozzo. E nós estamos percorrendo o mundo inteiro exatamente para discutir esse tema com os consumidores, especialmente com aqueles mais resistentes, e temos tomado lições interessantíssimas. Gostaria que o Brasil começasse a conhecer esse assunto melhor.

Vou dar um exemplo claro. A venda de milho do Brasil para a Coréia do Sul cresceu muito. Nós exportávamos muito pouco milho para aquele país. Eram os Estados Unidos que exportavam. Eles experimentaram do milho brasileiro, e, nos últimos 5 anos, as exportações vêm crescendo. Hoje, eles estão importando praticamente só o milho brasileiro.

No entanto, fui até lá porque notei que ainda existe uma resistência grande com relação ao transgênico. Todos sabem que, no Brasil, hoje, nós não temos que esconder, mais de 90% do chamado milho de mercado é transgênico. Mas é com o milho transgênico que nós tratamos de bilhões de aves, milhões de suínos e milhões de bovinos. Eu consumo milho transgênico; os meus filhos e os meus netos, também. E, nesses 10 anos em que o Brasil tem usado a transgenia — quero, com isso, inclusive, tranquilizar a Comissão que a autorizou —, nunca ouvimos falar sequer de algum caso. Há um cientista maluco na França que está fazendo experiências com ratos sobre outros produtos, estimulado talvez pelos chamados



radicais ou ideólogos, e quis colocar suas experiências no mundo, mas foi absolutamente rechaçado. Não há um caso sequer.

Então, nós começamos a discutir esse assunto. E, lá na Coréia do Sul, há presença da EMBRAPA. O atual Presidente da empresa, que eu considero uma pessoa excepcional, uma das cabeças mais lúcidas que nós temos no Brasil, tinha passado 2 anos por lá e penetrado naquele sistema do *think tank* deles. Talvez por isso, quando eu anunciei que estava lá e alguém disse a eles que eu era um criador da EMBRAPA — eu sou um filho da EMBRAPA —, eles me receberam até de uma maneira, para mim, muito honrosa, durante uma manhã inteira, e debatemos detalhadamente. E ouvi deles um fato interessantíssimo que os senhores vão ver de um modo geral no mundo: *“Aqui as leis proíbem, mas o povo quer e come o seu milho, que é transgênico, o milho americano e o argentino”*. Quando perguntei se a lei era para valer, disseram: *“Olha, se a lei for cumprida, nós vamos passar fome aqui ou não vamos ter a proteína animal de que nós precisamos”*. E acabaram me confessando: *“O senhor pode ter certeza de que nós estamos caminhando na busca dessa biotecnologia, não para o milho, porque nós não temos condição de produzi-lo aqui, nem para soja, nem para outro produto que nós temos importado dos senhores, mas para hortifrutigranjeiros”*. Disseram que daqui a 8 anos vão lançar transgênicos que vão mudar a face do plantio desses produtos. Vejam que as coisas têm evoluído no mundo.

Aqui se falou muito na FAO. Desculpem-me, mas eu vou inclusive sugerir a esta Comissão que ouça também a comissão da FAO.

A organização se colocava radicalmente contra a transgenia, e, talvez pela presença do nosso secretário-geral, que é nosso amigo e foi meu colega aqui nesta Casa, como Deputado Constituinte, tivemos todos, representantes dos Estados Unidos, da Argentina e do Brasil, oportunidade de ter um diálogo muito interessante com ele, inclusive sobre esse problema da biotecnologia. Ele já estava preocupado com isso, porque a comissão que trabalha na área de biotecnologia sempre foi muito radical e sempre emitia pareceres muito contrários a essa biotecnologia, e acabou nos convocando para ter assento permanente naquela comissão. E eu fico muito satisfeito de dizer, na Câmara, hoje, aos senhores que, no mês antepassado, depois de uma reunião dessas, eu fui ao secretário-geral, e ele emitiu uma nova posição da



FAO, dizendo que o mundo está crescendo e vai depender de novas áreas, mas vai depender, fundamentalmente, da biotecnologia, para que as pessoas não passem fome. Assim, a FAO, hoje, adotou um posicionamento muito mais racional em relação a esse problema de biotecnologia. Eu acho que isso tem que ser levado em conta, porque na organização há representantes de diversos países.

Eu quero dizer aos senhores que encontramos isso também na China. E uma comissão de representantes daquele país está vindo ao Brasil. Vou ter, inclusive, o prazer de recebê-la e gostaria que alguém do Congresso também estivesse lá. São quase 30 chineses.

Lá, eu tive com eles um diálogo muito bom, em que eles também acabaram me contando: *“Olha, nós vamos ter, em tecnologia diferente da que vocês usam, nestes próximos anos, produtos transgênicos”*. E não esconderam: *“Nós já temos arroz transgênico”*. Nós tivemos oportunidade de conversar com os dirigentes dos órgãos governamentais de pesquisa e também com os órgãos das empresas privadas que lá estão.

Então, eu gostaria de dizer, Deputado, que há uma evolução no mundo que é inexorável. Os defensivos — e eu acho que nós precisávamos, realmente, arrumar um novo nome, para não chamá-los de remédios, de fitossanitários, etc. — são absolutamente indispensáveis. Hoje, nós já temos, especialmente na agricultura tropical, que é o objeto dos senhores, possibilidades de integração de combate a determinadas doenças e pragas cujo resultado está sendo espantoso, com redução da necessidade de produtos químicos, aliviando o uso daqueles produtos que não se degradam em curto prazo. Então, eu acho que a legislação precisa olhar muito para isso e para o que acontece no mundo.

Eu gostei muito das observações que fez a nossa parceira Dra. Daniela. Inclusive, ela citou a FAO e também a EMBRAPA e a Agroecologia. É para se ouvir a EMBRAPA e a Agroecologia.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ALYSSON PAULINELLI - Está bem. Muito bem. Eu gostaria inclusive de aduzir a oportuna observação que ela fez com relação à FDA americana. Eu procurei estudar como se faz a defesa nos Estados Unidos. A primeira coisa com a qual me assustei — eu era ainda Ministro — é que o Ministério da Agricultura lá só é



menor do que o Ministério da Guerra. São 165 mil funcionários e, desses — talvez o Ênio, que esteve comigo lá nessa época, lembre —, 80% são dedicados à defesa. Os Estados Unidos estão meio preocupados com isso, porque eles o seguem à risca — o povo americano é muito rígido —, e querem uma solução.

Se o senhor me permitir, em menos de 5 minutos, quero mostrar uma experiência fabulosa — eu gostei tanto! — que estou trazendo para debate pelo Fórum do Futuro. Está aqui o Dr. Lício, meu companheiro e amigo há muitos anos. Estou tentando fazer debates sobre alguns temas, inclusive esse em que os senhores estão tocando, e queremos debater esse problema de defesa sanitária.

Eu tenho dito aos meus amigos que estou impressionado com a precisão das regras da Alemanha em relação a produtos alimentares, remédios, etc. Uma sequência de normas, de regulamentos que eles estão soltando está me impressionando. Isso já tem 5 anos. Eu fiquei, por acaso, muito amigo do Ministro da Alemanha, quando fui Ministro aqui, e tive inclusive o prazer de conhecer o Vice-Ministro, que é o homem burocrático. Lá os Ministérios são mais estáveis. Eu estou vendo tanta gente boa aqui abandonada, do Ministério da Agricultura, que fico pensando: *“Meu Deus do céu, assim nós nunca vamos fazer nada de efetivo naquela Ministério!”* Lá, o Ministro se troca, quase sempre é um político. Esse que ficou meu amigo era o Presidente do partido da Baviera. Só para os senhores terem uma ideia, em 5 anos que eu fui Ministro, ele esteve aqui seis vezes, e eu fui lá cinco vezes, inclusive uma vez, a convite dele, abri o famoso encontro de Berlim, que é o mais importante debate que se faz sobre agricultura. Eu fui convidado a abri-lo, fiquei muito apertado, mas fomos lá.

Eu quero dizer que eu fiquei conhecendo o governo. Eles não têm a quantidade de gente que têm os americanos no FDA. Eles lá têm um número menor — são muito eficientes —, mas há tanta precisão nos detalhes, na quantidade de normas, que eu falei: *“Gente, não é possível!”* Então, indo lá, eu aproveitei e fui ao Ministério saber. Ele me disse: *“Paulinelli, foi bom você ter vindo aqui. Nós vamos querer que você vá conhecer um novo órgão que nós temos aqui”*. Ele se chama BLL — Bund Lebensmittelrecht und für Lebensmittelkunde. É um desses (*ininteligível*) ligados à qualidade, etc. Eu levei o americano e o argentino comigo. Todos nós ficamos boquiabertos. Em primeiro lugar, é um órgão autônomo. O



Governo participa, mas como... É uma espécie de confederação. São as federações de produtores grandes, médios e pequenos; de comerciantes; de industriais, de vendedores, que eles chamam de retalhistas; de exportadores. Noventa e duas entidades participam desse BLL e cada uma paga uma pequena parcela para que aquilo funcione.

Eu fui exatamente ao miolo daquilo. É um conjunto de laboratórios sem precedentes — nunca vi nada igual —, da mais alta qualidade e com autonomia para buscar o que eles precisam onde estiver, na universidade de lá, dos Estados Unidos, da China, do Japão. Eles vão lá, mandam fazer aquilo que precisam e trazem os resultados.

E o resultado disso é o seguinte. Eles têm um conselho, do qual participam o pequeno, o médio e o grande produtor, que, analisando aqueles resultados, indica ao Governo, que simplesmente, se há alguma legislação, adapta... Essas normas estão em evolução e deixando o mundo estupefato, especialmente na área de resíduos.

Eu fiz questão de visitar um dos laboratórios de resíduos que eles têm. Gente, é da iniciativa privada. O Governo se satisfaz hoje de saber que a iniciativa privada, com tanta seriedade, é capaz de produzir informações que o Governo não tem.

Ao invés de entrar naquela de linha de botar cento e tantos mil funcionários, como fez o americano, ele está cada dia reduzindo mais isso. Hoje, ele tem uma equipe de especialistas, que analisam esses resultados.

E eu tive uma bela conversa com um dirigente lá. Ele me aturou por mais de 2 horas. No final, eu o convidei a participar de um debate que eu abriria no Brasil, para que ele explicasse como eles fazem aquilo. É de uma maneira racionalíssima.

A participação da iniciativa privada não é propriamente de forma voluntária. Ela se compromete a respeitar o que está lá. Eu até fiz uma pergunta. Eu tinha saído do Parlamento alemão, onde o Líder do Partido Verde pintou um quadro violento para mim e para os representantes. Eu sou mais um consultor desse pessoal. O Presidente, como disse, é o Sérgio Bortolozzo.

Ele disse: *“Os senhores estão enganados. Aqui na Alemanha nós não podemos abrir mão desse problema com transgênico de forma nenhuma, porque as ONGs são muito fortes. E o Partido Verde reconhece que eles estão fazendo*



exagero. A única forma que nós temos para sair disso é através do conhecimento da ciência e da certificação". Aí, ele se referiu a BLL.

Eu estou dizendo isso aqui, porque, quem sabe, uma legislação dessas poderia já dar sinais de que o Brasil pode também ter maioria nesse setor, como a Alemanha tem hoje.

Eu fiquei muito satisfeito, porque vi que na defesa do Ministério da Agricultura há companheiros que estagiaram lá. Olha, é um novo sistema revolucionário, em que todos se comprometem, em que o Governo aceita as normas. E aí vem a pergunta: *"E quando as ONGs entram com formulações ou pedidos absurdos aqui?"* Lembro que as ONGs lá se metem em mais coisas do que simplesmente em críticas. Foi taxativa a resposta dele: *"Mandem o produto, e nós analisamos. O resultado é real, fica no laboratório, à disposição de quem o mandou analisar. O resto não é problema nosso; vocês vão discutir com a sociedade, porque é ela que está perdendo com isso"*. Eles não se metem nesse tipo de discussão.

Eu achei isso formidável. Quero trazer, pelo fórum, esse pessoal aqui. Vamos debater. Gostaria muito que os Deputados pudessem participar pelo menos na exposição desse representante que deverá vir. Nós vemos, de forma clara, como alguns países, inteligentemente, estão resolvendo seus problemas.

Nós temos conseguido isso, além da Alemanha, na Itália, que é muito resistente e, principalmente, na Holanda, que também é muito resistente, exatamente com o conceito de defesa de possibilidade de garantia de qualidade e rastreabilidade. Esses são pontos fundamentais. Essa lei não pode deixar de fazer referência a ela.

Sobre o problema da agricultura familiar e orgânica, primeiramente, eu volto a reclamar. O termo "agricultura familiar" foi inventado ideologicamente. Só existem duas agriculturas no mundo. Numa, que é de subsistência, extrativa, o agricultor não tem capacidade de produzir para si e sua família; ele não tem cultura, não tem evolução, não tem gerência, não tem capacidade de produzir. Essa é uma agricultura para a qual nós temos que fazer um esforço. Essa agricultura sofreu, e todos nós tentamos, por um ou outro processo, ajudá-la, mas não é fácil. Esse é um processo evolutivo, educativo, socialmente marcado por um esforço governamental para tirá-lo dessa faixa.



Agora, “agricultura familiar”? Eu fico pensando na minha propriedade. A minha propriedade é familiar: somos eu e meus meninos. Nós não temos os benefícios da agricultura familiar, não. Ela foi realmente muito beneficiada. E não sou contra a isso. Acho que o pequeno produtor no Brasil precisa disso. Já que o mundo subsidia, e demais, até por sutileza a Farm Bill americana... Quem lê com atenção vê que o americano aprendeu um novo sistema de subsidiar a agricultura naquele país. Eles o estão fazendo via seguro. Eles têm o seguro de risco, normal, de clima e o seguro de renda ou de mercado, que é o nome certo. Então, eles estão subsidiando a agricultura via seguro. O Brasil nem seguro tem.

Eu até tenho que abrir uma exceção, que a agricultura familiar está tendo um seguro em que o Governo tem feito absurdos sob o ponto de vista de recursos e suas origens. Eles estão usando uma lei que... Por acaso, fui eu, em 1974, que criei o PROAGRO, que eles evoluíram. Agora, conseguem tirar dinheiro do Tesouro sem lei — eu nunca ouvi falar disso, mas conseguem. E até está funcionando bem. Eu dou os parabéns porque, se está funcionando bem, vamos aprender com eles e ver se melhoramos o outro, que não está funcionando.

Eu gostaria de deixar bem claro que essa agricultura familiar é aquela que produz com conhecimento, com competência, e não é medida em tamanho. Ela é medida em capacidade de não ser extrativa. Muitos grandes agricultores estão fazendo agricultura de subsistência, estão extraindo do solo o máximo que podem, porque eles não têm condições. A política agrícola, muitas vezes, leva a isso também. É uma agricultura extrativa.

Eu gostaria de dizer bem claro aqui: a agricultura familiar é capaz de fazer isso, sim. Mas é preciso classificar melhor essa agricultura familiar. Eu não a conheço dentro desses parâmetros que a colocaram. Meu Estado é até um exemplo engraçado. Dizem que o barão brasileiro veio do café. Minas também teve barão do café. Isso veio fazendo uma reforma agrária na cama: filhos e mais filhos. A média do cafeicultor em Minas Gerais hoje está menos de 10 hectares, e todos são familiares. Eles contratam quando necessitam. Fazem, como domingo passado os senhores viram, troca de serviço, etc. E fazem o serviço mais intenso: colheita, capina, etc. Eu acho isso muito importante, mas são familiares.



Precisamos tentar fugir desse conceito muito ideológico que se fez. Quis se criar um problema e até um ministério para a agricultura familiar, no entendimento de que o familiar é o pequeno. Não o é. Familiar é aquele que é capaz de produzir sem fazer degradação ou extração exclusiva do solo, devolvendo aquilo de que o solo precisa.

Vou chamar mais a atenção: agricultura orgânica. Quem dera a agricultura orgânica crescesse muito no mundo! O Brasil é o país que mais pode produzir, sob o ponto de vista de volume, o chamado produto orgânico. O que nós precisamos tentar resolver são algumas radicalizações que ainda existem e que eu acho que são perfeitas; podem ser discutidas sob o ponto de vista do que os senhores estão querendo discutir: a tropicalidade. Ela é muito diferente da agricultura orgânica de países do hemisfério temperado.

Eu sou bastante claro: a agricultura orgânica está crescendo, o mercado está crescendo. Trata-se de gente mal informada, que está ouvindo dizer que a agricultura de mercado é uma agricultura tóxica, em que há agrotóxico, isso e aquilo, e prefere pagar mais. Ela pode pagar? Ótimo! Nós temos que fazer agricultura de mercado, sim.

Eu gostaria de colocar nesta exposição um fato muito importante, de que a Câmara dos Deputados precisa sempre lembrar. Essa evolução que estamos discutindo aqui na agricultura brasileira tem dois *times* muito interessantes: ano de 1980, quando o Brasil começou a parar de ser importador líquido — ele ainda importava um pouco, mas exportava o suficiente, com o café fora, para poder equilibrar, e o ano 2000.

O Dr. Lício, que está aqui, estuda isso bem. Em 1980, nós tínhamos os mais altos preços dos produtos agrícolas no mundo. E aquele tipo de importação esporádica que eu expliquei na minha palestra ainda piorava o custo do alimento, a ponto de obrigar a família brasileira a gastar de 42% a 48%. Esses dados são bem claros na Fundação Getúlio Vargas. Em 2000, houve um fato interessante no mundo inteiro, especialmente no Brasil. Através dessa evolução que fizemos — a produtividade, a nossa capacidade competitiva —, o agricultor conseguiu se manter no mercado com preços muito mais baixos. A diferença, se tomarmos 1980 como índice 100, em 2000, era 30; ou seja, o agricultor brasileiro absorveu uma diferença



de preço de 70%, transferiu à sociedade brasileira 70%. Nós brasileiros não sabemos disso, não sabemos explicar e, ingenuamente, permitimos que os demagogos se aproveitassem disso.

Não existe programa de assistência se agricultura... Eu estou até procurando fazer uma viagem de estudos agora. Bangladesh está hoje na mesma situação do Brasil: está gastando 45% da renda familiar em alimentação. Eu gostaria de ir lá para ver se eles conseguem fazer algum programa social de ajuda à alimentação. Não conseguem, porque os alimentos estão caros demais. Para se fazer a suplementação nesse nível de quase metade do salário, o custo da bolsa família seria loucamente alto. Vejam: em 2012, houve uma classe de consumidor que consumiu apenas 12% do seu salário em alimentação. Ora, quem consome 12% da sua renda em alimentação vai ter dinheiro sobrando para vestuário, para saúde, para educação, para moradia, para transporte.

Essa é a diferença que o agricultor brasileiro não soube explicar. E ele está sendo vítima. *“Vocês acabaram com os recursos naturais brasileiros, e estamos produzindo à custa de recursos naturais”*. É o que ouvimos lá fora. Alguém foi lá falar isso, e precisamos mudar. Isso é urgente. Pelo amor de Deus! O Brasil? Essa agricultura tupiniquim que nós estamos fazendo hoje é a mais sustentável. Não existe país no mundo capaz de fazer o que nós estamos fazendo. Eles lá mal produzem uma safra! Nós vamos produzir três. Já estamos produzindo duas, sem irrigação, e a irrigação vai garantir a primeira e a segunda e manter a terceira. É questão de inteligência, de competência, de estratégia que o Brasil não tem.

Eu fico doente porque, a esta altura da vida, com a experiência, com o que estamos vendo no mundo, etc., nós vemos que o País está perdendo chances e discutindo coisas, gastando dinheiro pela janela, como se gastou. No que se refere ao seguro rural no Brasil, arrumaram uma janela e uma forma de chegar lá e jogar dinheiro, e o pega quem pode. Só 4,5% da produção o pega, e estão dizendo que há seguro rural no Brasil. Eu estou vendo algumas seguradoras se enriquecerem muito — isso eu estou vendo —, e não sei o que elas estão fazendo com essa riqueza.

Eu fico triste porque tenho absoluta certeza de que nós temos condições de evoluir no Brasil. E a legislação que os senhores estão mexendo é básica para isso.



Ela é básica. O Brasil precisa, urgentemente, tratar de voltar a fazer aquilo que ele fez com a política agrícola.

Eu lembro bem: fui aqui várias vezes importunado por instituições internacionais que vieram aqui aprender como era o nosso crédito agrícola, como era o nosso preço mínimo, como funcionava o nosso sistema de abastecimento, como criamos aquele sistema de abastecimento para a formação do preço. Foi jogado fora! Aquilo custou dinheiro! Eu só construí 27 CEASA no Brasil, e agora estou vendo que elas passaram a ser de donos, que estão outra vez sendo os únicos formadores de preço, contra a sociedade e contra o produtor.

Meu Deus do céu, como se joga fora pela janela isso! O País sabe como fazer. Mas não, é mais fácil ser generoso, dar, etc. Não sou contra dar, ao contrário, eu acho que muitos precisam dar, principalmente, a educação e a evolução, o que eles não têm, a capacidade produtiva.

Então, meu caro Deputado, eu digo, com toda a franqueza, que venha o mercado de orgânicos e que o Brasil o ocupe, porque nós podemos sair na frente. Estamos trabalhando junto com a EMBRAPA e junto com a iniciativa privada em inovações belíssimas no que tange a fertilização do solo, a manejo, a rotação, para o que chamei a atenção, como também no que tange a sanidade.

O Brasil estudou muito pouco o silício, e eu tenho reclamado. A EMBRAPA, agora, está se dedicando muito ao silício. O mundo inteiro o estudou pouco. Nós ficamos no NPK, e mesmo usando o NPK de forma inadequada. Acho que nós temos forma mais adequada para o clima tropical — estou defendendo isso. Precisamos agora ver esse silício. Esse silício é um dos mais fortes defensivos que nós temos, especialmente nas gramíneas. É o esqueleto da planta, é a defesa da planta, é a formadora de mais fotossíntese.

Então, sinceramente, meu caro Deputado Luiz Nishimori, sabendo que a Presidente e o senhor são ligados ao setor agrícola, faço esse apelo. Essa legislação em que os senhores vão trabalhar é muito importante, e ela pode induzir a modificações que são ultranecessárias nessa evolução que o mundo está vivendo hoje.

Muito obrigado.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Muita obrigada, Dr. Alysson Paulinelli.

Passo a palavra para o nobre Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Bom dia a todos.

Presidente Tereza Cristina, peço desculpas à Dra. Daniela — não pude estar presente aqui para ouvir a sua palavra —, ao Deputado Luiz Nishimori e também ao outro convidado, o Sr. Alysson Paulinelli.

Li aqui um breve currículo do senhor. Vi que o senhor foi Ministro durante o Governo Geisel. Parabéns! O senhor faz parte do grupo dos que puxaram a nossa economia da 46ª para a 8ª economia do mundo, inclusive com a criação da EMBRAPA. Muitas vezes os Deputados daqui da Casa se esquecem desse regime, por exemplo, quando foi aqui prorrogada a Zona Franca de Manaus, uma criação do Governo militar, também.

Sei que esse não é o tema que estamos tratando aqui, mas sim o dos defensivos agrícolas ou dos tão demonizados agrotóxicos. Eu acho algo engraçado. Ficam demonizando, dizendo horrores, no que se refere a defensivo agrícola, com o argumento de que empresário quer o lucro — dane-se a saúde dos outros, etc. e tal. Aí os produtores agrícolas criam o transgênico. Então, começam: *“Mas transgênico dá câncer, etc. e tal”*. No final das contas, daqui a pouco — este é um país com território, mão de obra, riquezas minerais; o Brasil tem tudo para ser expoente —, vamos importar milho da Inglaterra ou da Noruega. E aí o pessoal não vai falar nada.

Eu tenho uma pergunta aos senhores. Hoje eu embarco para Israel, um lugar no Oriente Médio conhecido por ter quase nenhum recurso natural. E, como não sou da área, minha área é a policial, o pouco que eu sei da agricultura de Israel é que é uma agricultura pujante. Conseguem ali fazer nascerem produtos agrícolas da “rocha”, entre aspas.

Eu queria saber se é do conhecimento dos senhores se existe alguma tecnologia que eles aplicam lá em Israel que poderíamos aplicar aqui no Brasil para de repente melhorar a situação dos produtores que sofrem com seca, os ditos mais humildes ali do interior do Nordeste e do Cerrado, ou seja, se temos condição ou até se já temos uma tecnologia no Brasil para aplicarmos para esse tipo de produtores.



Passo a outro ponto. O Sr. Alysso disse: *“É impossível manter a agricultura no mundo sem os defensivos agrícolas”*. A pergunta que eu faço aos senhores é exatamente esta, também direcionada à Dra. Daniela, que eu não tive oportunidade de ouvir: há condição de mantermos uma segurança alimentar no Brasil baseados apenas na agricultura dita orgânica, sem os defensivos agrícolas? Na minha visão leiga, eu já tenho resposta, mas queria que os senhores me dissessem um pouco mais com relação a isso.

Para encerrar, quero dizer que, se de fato estivesse pensando na segurança alimentar do País, na saúde do consumidor, o Governo brasileiro não teria editado a instrução normativa do Ministério da Agricultura, no começo de 2014, que prevê a importação de bananas do Equador.

O Equador faz uma pulverização até seis vezes maior do que a feita nas nossas plantações de banana aqui no Brasil. Inclusive, essa importação de banana é para a CEAGESP, no meu Estado, São Paulo. O Vale do Ribeira, em São Paulo, a 150 quilômetros da CEAGESP, não tem para onde escoar a banana que está sobrando ali. Por que estamos importando banana do Equador? Eu sei que a razão disso é ideológica e eu espero que nós paremos de fazer negócio apenas com países alinhados ideologicamente com o Brasil.

Essa é uma grande bronca que eu tenho com relação ao Governo Dilma e ao Foro de São Paulo. Eu espero que o próximo Presidente que venha a assumir o País faça uma economia de mercado. Se o mercado quiser consumir transgênico, o problema é dos consumidores. Se o mercado quiser consumir produtos agrícolas orgânicos, o problema é dos consumidores.

Eu digo: eu tenho preferência pelo orgânico, mas nem todo mundo tem condição de pagar por um produto orgânico. E aí vamos deixar o pessoal passar fome?

Então, deixo essas duas perguntas. Gostaria de ouvir a resposta dos senhores com relação a Israel e aos transgênicos e saber se existe alguma tecnologia já utilizada em Israel que podemos trazer para melhorar a vida dos brasileiros aqui.

Muito obrigado.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Deputado Bolsonaro, V.Exa. quer fazer as duas perguntas aos dois palestrantes?

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Então, tem a palavra a Dra. Daniela, por 5 minutos.

A SRA. DANIELA FROZI - Primeiro, eu queria fazer uma reação à fala do Ministro, que me citou várias vezes, e dizer que me sinto feliz de termos conseguido dialogar, porque eu acho que a maior dificuldade hoje na sociedade brasileira é a polarização de diferentes lados. Às vezes, as pessoas não querem ouvir o outro porque o outro tem um ponto de vista diferente. Então, eu queria saudá-lo neste lugar.

Quem faz uma legislação se baseia em diferentes aspectos. Um deles pode ser: sonhos. Nem toda utopia é impossível. Algumas utopias são possíveis. Nós queremos ver a sociedade melhorando. Nós queremos ver as pessoas se alimentando melhor. Nós queremos ver as pessoas com mais saúde. Nem sempre os interesses nessa direção são éticos também.

Então, nós podemos legislar, sim, para proteger a sociedade. Nós podemos legislar para proteger não só as empresas, não só os negócios, não só as *commodities*, mas também as pessoas. É para isso que eu acho que a população vota quando quer se ver representada aqui na Casa por Deputados como a Tereza e o Luiz.

Enfim, é um pouco nesse sentido que eu quero dialogar, dizendo que, nessa perspectiva da agricultura familiar, como inclusive eu tenho defendido, é preciso definir o que é agricultura familiar. Eu prefiro sempre colocar: pequena agricultura, média agricultura e grande agricultura. A agricultura familiar, parece-me, tem, no senso comum, a compreensão de pequena agricultura, mas, de fato, ela não é necessariamente assim, como se representa para todos da sociedade. Realmente, é nesse lugar.

No caso do pequeno agricultor, um princípio que eu acho muito bonito — na saúde do campo, nós temos utilizado muito isso, e eu, como nutricionista, trabalho muito com essa perspectiva da saúde — é o princípio de olhar quem mais precisa



com um olhar diferenciado. Então, nisso nós concordamos também, o que eu fiquei bem feliz em saber.

Se um pai de família que tem cinco filhos, com o mesmo salário, com a mesma casa, com o mesmo território, com a mesma alimentação, tem um filho que é mais doente, este pai vai ficar mais interessado na saúde desse filho que está mais doente. Embora esse filho receba todas as condições que os outros recebem, ele vai ter um olhar mais atencioso daquele pai, daquela mãe, naquele lugar da família mesmo.

É assim com o País. Eu acho que temos diferenças. Às vezes, damos as mesmas condições, mas nem todos se comportam da mesma forma e, então, precisamos de um olhar mais atencioso, mais cuidadoso. Esse é um princípio muito interessante não só para as políticas públicas, mas também para as leis.

O eleitor brasileiro não só está muito a favor do combate à corrupção, mas também tem projetos e sonhos de uma sociedade mais justa, mais equânime, mais cuidadosa, com linhas de cuidado.

Eu falei aqui da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis. O que mais trabalhamos no Brasil, reivindicando como sociedade, é que existam linhas de cuidado para essas doenças, que existam linhas de acesso ao cuidado para a população de uma forma geral.

Nesse sentido, eu acredito que o diálogo seja fundamental para construirmos legislações que possam satisfazer não só o campo da agricultura, mas também a função da agricultura para a sociedade. Qual é essa função? O que essa sociedade quer? O que os consumidores querem?

Eu quero colocar também que não consumo produtos com agrotóxico. Sou uma consumidora de produtos orgânicos. Sou uma consumidora mais radical. Não faço uso de alimentação transgênica. Por quê? Eu já explico o porquê. Um diagnóstico médico que recebi me levou a entender que algumas alergias alimentares que tive ao longo da minha vida poderiam ser explicadas por alguma alimentação fora desse âmbito mais natural, sem aditivo químico. Muitas pessoas sofrem disso.

Aliás, eu trouxe um dado para V.Exas.: no último ano, nós tivemos aumento de 30% de alergias alimentares no Brasil. Isso também representa um grande gasto



para o Ministério da Saúde. Muitas pessoas com alergias alimentares têm acionado o seu direito, como consumidor e como cidadão, para receber tratamento para essas alergias alimentares pelo SUS. Então, isso representa também um lugar.

Como falei para o Ministro, eu também estive na área técnica de saúde da CTNBio — Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, debruçando-me muito fortemente como nutricionista sobre os estudos da alimentação transgênica.

De fato, a alimentação transgênica ainda tem um conjunto de estudos em processo, para traçar evidências contrárias à questão da transgenia nos alimentos correlacionando-a com o câncer. Só que esses dados ainda não são totalmente consolidados nem são consenso na comunidade científica. Há muita disputa.

Eu diria que o estudo desse cientista francês, em termos técnicos, apresenta uma boa metodologia, com uma boa produtividade. Os resultados que ele teve foram ainda inconclusivos, mas as imagens surpreendem. Esse é um dado que também precisamos considerar. Não é por que não há um dado totalmente conclusivo que vamos desperdiçar um dado de processo. Precisamos ter muita cautela. Eu acho que, em relação à saúde no mundo, ainda é preciso haver muita cautela ao se observarem os fenômenos relacionados à alimentação transgênica ou de OGM — Organismo Geneticamente Modificado.

Existe uma diferença que eu quero abordar. Por exemplo, eu consumo milho, adoro milho, adoro pamonha, sou fã de milho, talvez por causa da tradição mineira, das tradições da família, do que a minha mãe cozinhava. No entanto, eu vou atrás de quem produz milho que não tem transgenia. Eu faço parte dos que consomem os 10% da produção no Brasil que não são transgênicos. Na condição de consumidora, eu gostaria de ter isso garantido. Eu não gostaria que 100% da alimentação oferecida no Brasil fosse transgênica. Eu quero ter opção.

Os senhores que defendem o mercado, tão bem mencionado aqui em relação à questão agrícola de *commodities*, de sementes e de produtos, precisam garantir as liberdades substantivas e individuais. O capitalismo precisa disso. As liberdades individuais são condição *sine qua non* para que o capitalismo progrida.

Por favor, não caiam na ilusão de achar que a alimentação transgênica em 100% do mercado irá causar um *boom* na área econômica! Amartya Sen, Prêmio



Nobel de Economia, coloca muito bem esse princípio no seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*. As liberdades individuais precisam ser garantidas.

Uma dessas liberdades é ter o direito de saber se o alimento tem ou não transgenia, assim como se garantir a diversidade dessa produção agrícola no Brasil. Por isso, eu defendo, sim, que haja não só órgãos do Governo, mas também órgãos de mercado interessados numa produção orgânica, numa produção livre dessa condição.

Eu gostaria de dizer ao Deputado Bolsonaro que há tecnologia no Semiárido brasileiro. Provavelmente o professor vai falar disso. Nós temos dominado a questão da seca no Brasil, graças à comparação feita com Israel, graças a muitas coisas relacionadas à pesquisa feita com Israel.

Em relação à Segurança Alimentar e Nutricional, sob o ponto de vista da saúde, há um crescimento muito grande. Hoje, no Brasil, a preocupação com a alimentação saudável das famílias brasileiras tem sido um ponto muito forte. Nós temos um combate muito intenso à obesidade, feito inclusive por pesquisadores, médicos, enfermeiros, nutricionistas e outros profissionais da saúde que estão comprometidos com a saúde e não necessariamente com interesses econômicos privados, etc. Esses profissionais têm isso como uma grande bandeira, como uma forma de luta em favor da sociedade brasileira.

Esse conceito de saúde como um bem público precisa ser evocado por esta Casa e precisa ser ressignificado para além da economia de mercado, porque não seremos só mercado no futuro. Somos uma população que precisa viver bem, sem câncer, sem doenças crônicas não transmissíveis, sem obesidade e, quem sabe, de forma plena, digna, ética, num ambiente em que possa haver diversidade e liberdades individuais garantidas por lei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Dra. Daniela.

Tem a palavra o Dr. Alysson Paulinelli, por 5 minutos.

O SR. ALYSSON PAULINELLI - Eu vou tentar responder rapidamente ao nosso Deputado Bolsonaro.

Em primeiro lugar, sugeriu-se a agricultura sem defensivo agrícola. Isso é impossível em qualquer lugar do mundo, Deputado. Não há como.



O defensivo pode ser químico ou biológico. Aqui no Brasil, nós estamos evoluindo muito naquilo que estou chamando de integração: você faz um processo de defesa com vários arranjos, desde o manejo de solo ou defensivo de origem rochosa, de origem química, e assim sucessivamente. É só no Brasil que se está fazendo essa evolução — e com muita proficiência.

Eu citei aqui o caso da sílica. Acho que o Brasil precisa evoluir rapidamente nisso. O mundo se descuidou disso. Nós que participamos desses congressos e conferências estamos reforçando bastante o tema, para que o mundo volte mais atenção para a sílica. É provável que, num período curto, haverá quatro elementos básicos: o nitrogênio, o fósforo, o potássio e a sílica. Eu não tenho dúvida disso. Passarão a ser os elementos mais importantes. Felizmente, nós conseguimos produzir a sílica sem o processo químico, como já estamos produzindo o fósforo e o potássio no Brasil. Isso é uma evolução brasileira. Eu estou muito animado com isso.

Eu fiz uma explanação sobre a diferença entre o clima tropical e o temperado. Lá, a natureza para, dorme, iaroviza. O fenômeno biológico para de 4 meses a 8 meses. Aqui não; aqui é permanente. Estamos aproveitando isso para nos ajudar em processos biológicos que vão permitir que o Brasil avance muito na sua produção, com menos dependência de produtos químicos, que é o ideal para nós. Eu fico preocupado, naturalmente, pois temos de evoluir.

V.Exa. citou Israel. Eu também já tive oportunidade de fazer cursos e de visitar Israel. A convite do Governo, fui ver tudo que precisava. Israel dá exemplo de capacidade de uso de poucos recursos naturais. Acho que o principal deles é a água. O Brasil precisa aproveitar muito o conhecimento de Israel sobre saber o que fazer com a água. O País vai ganhar muito se puder fazer isso.

Inclusive, V.Exa. vai ter a surpresa de ver o reaproveitamento da água, até na irrigação, com sistemas de recomposição da água a custos baixíssimos. É o que os mantêm lá. Eles têm uma especialidade. Na universidade, como professor, a minha área era irrigação e drenagem. Eu estudei muito o que se passa em Israel. Depois fui lá para aprender *in loco*.

Acho que V.Exa. terá uma oportunidade muito grande, mas vai se assustar, em Israel, exatamente com a biotransgenia, que está muito avançada. Hoje eles têm



processos de evolução na biotransgenia que o mundo respeita. Eu acho que esse também é um ponto que V.Exa. deve conhecer.

Com relação à banana do Equador, eu não vou nem discutir. Acho que é um erro. Infelizmente, o Governo tem demonstrado incompetência em vários setores. Pelo menos em relação à proteção do produto brasileiro, é preciso melhorar muito. Acho que nós temos que fazer isso com urgência.

Eu agradeço também à Dra. Daniela, já que ela se referiu outra vez a mim. Dra. Daniela, eu queria convidá-la para fazermos esse trabalho na área de defesa, no Fórum do Futuro. Estendo esse convite às suas colegas de atividade. Eu sempre falei que aprender com quem tem mais experiência vale muito. Eu sempre fui muito ligado ao setor de ensino.

A primeira vez que vi o Land Grant College americano, eu falei: “*Esse eu copio*”. Muita coisa americana eu não quis copiar, mas o Land Grant College nós passamos a adotar. Até pude influenciar relativamente a isso, porque eu era Presidente da Associação das Escolas Superiores de Agricultura do País. Fizemos um trabalho muito interessante, inclusive com a ajuda do próprio Governo.

Com sinceridade, digo que felizmente a senhora está naquela faixa — estamos com o olho nesse mercado — que pode pagar mais. A senhora está pagando muito mais pelo alimento orgânico, mas acredito que a senhora terá de trocar de médico dentro de um período curto, porque a demanda por produto orgânico está crescendo. Infelizmente, algum médico vai lhe dizer que há muito produto orgânico na praça que não é orgânico.

Tenho certeza de que, se nós montarmos aquele sistema BLL no Brasil, isso vai acabar. Isso eu lhe garanto. Do contrário, a senhora procure outro médico.

A SRA. DANIELA FROZI - Vou só fazer um aparte rápido ao Ministro Alysson.

Eu mesma certifico o meu agricultor. Quando cheguei a Brasília, há 4 anos, eu fui à sua propriedade e conheci a sua produção. Em relação ao milho, por exemplo, eu tive a oportunidade de ir à cooperativa. Enfim, eu tenho mesmo essa preocupação. A alimentação, para mim, é algo caro do ponto de vista existencial. Eu não pago caro. Na minha família, 12% do gasto é com esse tipo de alimentação. Precisamos combater o mito de que a alimentação orgânica é cara. Não é! Eu pago



em torno de 1 real por uma alface. Eu tenho mapeadas todas essas feiras, com o respaldo de ter ido pessoalmente verificar o plantio do agricultor.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sra. Presidente, V.Exa. me concede a palavra, só por 1 minuto, para uma consideração?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Sim.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Obrigado pela gentileza.

Em determinado momento, a Dra. Daniela citou o capitalismo. O capitalismo é a resposta para os seus anseios. Se não houvesse mercado para consumir o produto orgânico, não haveria pessoas para produzi-lo. Na verdade, o capitalismo não é um bicho voraz que procura, a troco de câncer, enfim, acabar com a população na Terra em troca do lucro. Não é isso. É exatamente o contrário. No dia em que o mercado de consumidores orgânicos for maioria, maioria será também a produção de produtos orgânicos, se nós tivermos a tecnologia. Então, a resposta está no capitalismo.

A resposta não está, por exemplo, numa cultura socialista, em se dizer que é em prol da saúde. Se você falar para mim: *“Olha, precisamos melhorar a saúde dos brasileiros. Vamos todos pegar a enxada?”* Aí eu vou falar: *“Eu não vou produzir”*. Eu preciso ter um estímulo. Esse é o principal problema dos países ditos socialistas — é o viés que nós temos hoje com o PT no Governo.

Em troca de um bem maior, de um dito Estado igualitário, ao qual nunca se chega, as pessoas querem sacrificar o sistema capitalista, que é o único sistema que gera estímulo para a produção. Sem estímulo à produção, realmente não vamos produzir nada e vamos acabar como economias falidas, a exemplo da ex-União Soviética, de Cuba ou da Coreia do Norte.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Infelizmente não. Deputado, eu fui supercondescendente com todos no tocante ao horário, porque nós tínhamos só dois palestrantes. Eu tenho que terminar a reunião.

A SRA. DANIELA FROZI - Eu gostaria de fazer só um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Depois a senhora esclarece com ele. Agora eu preciso votar os requerimentos que tenho aqui na mesa. Desculpe-me, Dra. Daniela. Eu não queria ser indelicada, mas preciso dar



continuidade, porque o Deputado Luiz Nishimori tem voo marcado. Nós precisamos terminar a reunião.

Agradeço a presença a todos os palestrantes. Esta audiência pública de hoje foi muito gratificante. Todos tiveram mais tempo do que o normal para falar.

Eu vou passar à deliberação dos requerimentos.

Atingido o quórum, passamos à deliberação dos requerimentos.

Em votação o Requerimento nº 21/16, do Sr. Padre João.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 22/16, do Sr. Heitor Schuch.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 23/16, do Sr. Sarney Filho.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 25/16, do Sr. Valdir Colatto.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 26/16, do Sr. Rogério Peninha Mendonça.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 24/16, da Sra. Tereza Cristina.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados membros desta Comissão para a próxima reunião extraordinária, no dia 10 de maio de 2016, terça-feira, às 14h30min, no Plenário 5 do Anexo II.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.